



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ**  
**DEPARTAMENTO DE LETRAS E**  
**ARTES CURSO DE JORNALISMO**

**ANGELA GABRIELA DE MATOS DE FREITAS**  
**FERNANDO PANTOJA TAVARES**

**DOCUMENTÁRIO: REALIDADE T: O MERCADO DE TRABALHO PARA**  
**MULHERES TRANS EM MACAPÁ**

**MACAPÁ**  
**2024**

**ANGELA GABRIELA DE MATOS DE FREITAS  
FERNANDO PANTOJA TAVARES**

**DOCUMENTÁRIO: REALIDADE T: O MERCADO DE TRABALHO PARA  
MULHERES TRANS EM MACAPÁ**

Relatório de Projeto Experimental  
apresentado ao Curso de Jornalismo da  
Universidade Federal do Amapá, como  
parte das exigências para obtenção do  
título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Ma. Elisângela Lima  
de Andrade

**MACAPÁ  
2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP  
Elaborado por Aline Farias Bandeira Couto – CRB-2 0017/O

---

F862d Freitas, Angela Gabriela de Matos de.

Documentário: realidade T: o mercado de trabalho para mulheres trans em Macapá [recurso eletrônico] / Angela Gabriela de Matos de Freitas ; Fernando Pantoja Tavares. - Macapá, 2024.  
71 f.

Orientadora: Elisângela Lima de Andrade.  
Trabalho de Conclusão de Curso – Projeto Experimental (Graduação) - Universidade Federal do Amapá – UNIFAP, Departamento de Letras e Artes, Curso de Jornalismo. 2024.

Modo de acesso: World Wide Web.

Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Transexualidade. 2. Mercado de Trabalho. 3. Jornalismo. I. Tavares, Fernando Pantoja. II. Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. III. Título.

CDD 23. ed. – 616.238

**ANGELA GABRIELA DE MATOS DE FREITAS  
FERNANDO PANTOJA TAVARES**

Relatório de Projeto Experimental apresentado ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), como parte das exigências para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Data da aprovação: Dia / mês / ano

Banca Examinadora

---

Orientadora

Profa. Ma. Elisângela Lima de Andrade  
Universidade Federal do Amapá

---

Avaliador

Profa. Dra. Lylian Caroline Maciel Rodrigues  
Universidade Federal do Amapá

---

Avaliador

Prof. Me. Antonio Mateus Pontes Costa  
Secretaria do Estado da Educação

## **DEDICATÓRIA - Gabriela de Matos**

Dedico este trabalho a todas as meninas que, assim como eu, fazem parte da comunidade LGBTQIAPN+, vindas de escolas públicas e comunidades ribeirinhas e que sonham em ter uma carreira profissional que as realize e uma vida repleta de conquistas.

## **DEDICATÓRIA - Fernando Tavares**

Dedico este trabalho em homenagem à minha mãe, Maria Iracema (avó), que me apoiou durante meu trajeto acadêmico na faculdade de jornalismo. Ela esteve comigo na alegria de ouvir meu nome na lista de aprovados, mas, infelizmente, não estará ao meu lado ao receber o canudo. Te amarei por toda a minha vida, minha querida mãe. Dedico também à comunidade LGBTQIAPN+, especialmente às mulheres trans Talita Brilhante, Wendy Estrela e Eduarda Costa, que lutam diariamente por seus direitos na sociedade.

## **AGRADECIMENTOS- Gabriela de Matos**

Em memória de meu pai, cuja breve presença em minha vida continua a inspirar meus sonhos e esforços. Expresso minha sincera gratidão aos meus professores, desde os anos escolares até a graduação, que não apenas me ensinaram a ler e escrever, mas também moldaram minha trajetória e me ajudaram a acreditar no meu potencial, tanto como mulher, que veio de uma região com poucas oportunidades, quanto como profissional da comunicação. Destaco minha orientadora de TCC Elisângela Andrade e o professor Alan Milhomem pela orientação e colaboração durante a pesquisa.

Aos meus colegas do teatro amapaense, agradeço a contribuição essencial ao crescimento do meu lado comunicativo e artístico. À minha família, e em especial à minha mãe, cuja dedicação e trabalho incansável pelos filhos foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

Aos meus amigos, que foram minha fonte de coragem nos momentos em que eu duvidei de mim mesma, tudo que já conquistei no mercado de trabalho tem um pouco do incentivo de cada um de vocês. Em especial, gratidão ao Fernando, Flávio e Eloani, que foram verdadeiros companheiros ao longo dessa jornada acadêmica. Agradeço por todo o apoio e pelas risadas que proporcionaram durante os dias intensos da graduação.

Gostaria de expressar minha mais profunda gratidão e admiração à comunidade LGBTQIAPN+, especialmente às mulheres trans, que lutam incansavelmente pelos seus direitos e pela dignidade de viver plenamente, e por serem verdadeiros símbolos na luta pelos direitos humanos.

## **AGRADECIMENTOS- Fernando Tavares**

Devoto meus agradecimentos aos meus amigos Gabriela, Flávio, Eloani e Giovane, que foram essenciais no decorrer da graduação, proporcionando apoio, boas risadas, fofocas e abraços. Agradeço também ao colegiado de jornalismo, especialmente à minha orientadora, Elisângela Andrade, por todo o conhecimento compartilhado, e ao professor Alan Milhomem pelo carinho e incentivo no início da pesquisa.



## RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso é um Projeto Experimental, composto por um memorial descritivo e um documentário expositivo e participativo. O estudo tem como objetivo documentar, através de relatos, as adversidades enfrentadas no acesso e na permanência de mulheres transexuais e travestis no mercado de trabalho em Macapá. A pesquisa buscou identificar os fatores dessa exclusão por meio das histórias de três mulheres trans em busca de emprego. A abordagem metodológica utilizada foi a revisão bibliográfica e qualitativa (Lakatos e Marconi, 2003). A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas em formato semiaberto, seguindo um roteiro. O documentário contextualiza e expõe a narrativa dessas mulheres, evidenciando a relevância de estudos voltados para a visibilidade das discussões sociais sobre as pessoas trans, que, por muito tempo, foram invisíveis e que hoje buscam um espaço na sociedade.

**Palavras-chave:** transexuais; mercado de trabalho; Macapá; jornalismo.

## **ABSTRACT**

The present Graduation Project is an Experimental Project, consisting of a descriptive report and an expository and participatory documentary. The study aims to document, through personal accounts, the adversities faced by transgender women and travestis in accessing and remaining in the job market in Macapá. The research sought to identify factors behind this exclusion through the stories of three transgender women in their search for employment. The methodological approach used included a bibliographic and qualitative review (Lakatos and Marconi, 2003). Data collection was conducted through semi-structured interviews in a semi-open format. The documentary contextualizes and exposes the narratives of these women, highlighting the importance of studies focused on visibility and social discussions about trans people, who have long been invisible and are now seeking a place in society.

**Keywords:** transsexuals; job market; Macapá; journalism.

## **LISTA DE SIGLAS**

ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis

ADI - Ação Direta de Inconstitucionalidade

AMA-LBTI - Centro de Acolhimento de Mulheres Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais no Amapá

ANTRA - Associação Nacional de Travestis e Transexuais

CAGED - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

DUDH - Declaração Universal Dos Direitos Humanos

FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FMB - Faculdade de Medicina de Botucatu

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LGBTQIAPN+ Lesbica, Gay, Bissexual, Transgênero, Queer, Intersexual, Assexual, Pansexual, Não Binário

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

MPT - Ministério Público do Trabalho

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONU - Organização das Nações Unidas

PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

STF - Supremo Tribunal Federal

SEPM - Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres

RCPN - Registro Civil das Pessoas Naturais

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>14</b>
2.1 IDENTIDADE DE GÊNERO	14
2.2 MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL E NO AMAPÁ	17
2.2.1 <b>Taxa de Desemprego no Brasil</b>	18
2.2.1.1 Taxa de desemprego no Amapá	20
2.2.1.2 Mercado de Trabalho para Travestis e Transsexuais	21
2.3 JORNALISMO E DOCUMENTÁRIO	27
2.4 DIREITOS HUMANOS E TRABALHO	29
<b>3 METODOLOGIA</b>	<b>36</b>
<b>4 DESCRIÇÃO DO PRODUTO</b>	<b>37</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>44</b>
<b>APÊNDICE A - ROTEIRO DE PERGUNTAS</b>	<b>52</b>
<b>APÊNDICE B - ROTEIRO DO DOCUMENTÁRIO</b>	<b>54</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O trabalho formal é um direito humano fundamental, garantido pelo artigo 6º da Constituição Federal de 1988 como um dos direitos básicos de todo cidadão brasileiro. No entanto, os dados indicam uma realidade distinta. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, a PNAD Contínua (IBGE, 2024) divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no segundo trimestre de 2024, a taxa de desemprego atingiu 7,5 milhões de brasileiros.

Em relação ao grupo de mulheres transexuais e travestis, não há coleta específica do número de desemprego para este público. Não obstante, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA estima que 90% dessa população procura à prostituição como principal fonte de renda (ANTRA, 2021).

Faz-se necessário esclarecer que o termo transexual é utilizado para denominar uma pessoa que não se sente representada pelo gênero designado no seu nascimento. No caso das mulheres transexuais e travestis, são aquelas que foram designadas como sendo homens, mas se entendem como figuras femininas.

De acordo com uma pesquisa realizada pela Faculdade de Medicina de Botucatu da Universidade Estadual Paulista, 2% da população adulta brasileira é formada por pessoas transgênero ou não-binárias. Em números absolutos, isso significa cerca de 3 milhões de indivíduos (FMB/Unesp, 2021).

O presente memorial é parte do projeto experimental, realizado como Trabalho de Conclusão de Curso, na graduação de Bacharelado em Jornalismo da Universidade Federal do Amapá (Unifap). A pesquisa tem por finalidade mostrar a narrativa de mulheres transexuais e travestis, evidenciando as barreiras discriminatórias enfrentadas no mercado de trabalho formal em Macapá, além de realizar uma revisão bibliográfica sobre a transexualidade e identificar como acontece o acesso dessas mulheres ao ramo de atividades trabalhistas.

Por intermédio de histórias de mulheres transexuais e profissionais de assistência social que trabalham diretamente com esse público, salientamos como o estigma e a discriminação interferem em diferentes etapas na vida de uma mulher transexual e travesti, que busca um espaço no mercado de trabalho na capital amapaense.

A presente pesquisa tem como objetivo geral a produção de um documentário que visa explorar os obstáculos enfrentados por mulheres transexuais e travestis no ingresso e permanência no mercado de trabalho formal em Macapá. Com base nesse princípio, busca-se alcançar os seguintes objetivos específicos: evidenciar as barreiras enfrentadas por mulheres transexuais e travestis no mercado de trabalho formal em Macapá; identificar o acesso das mulheres transexuais e travestis ao mercado de trabalho de Macapá e realizar uma revisão bibliográfica sobre a transexualidade. Portanto, o trabalho busca ampliar debates que envolvem questões relacionadas aos direitos das mulheres trans, com ênfase nos aspectos que envolvem o âmbito profissional.

A ideia do tema estudado neste TCC surgiu a partir de um trabalho acadêmico que abordava o mesmo conteúdo, realizado no ano de 2023, na disciplina de Laboratório de Telejornalismo. Ambos os projetos foram concebidos com o propósito de ampliar a visibilidade e a relevância da inclusão de pessoas LGBTQIAPN+ em ocupações formais na comunidade local, motivados pela ausência de políticas públicas de empregabilidade e pela falta de conteúdo relacionado sobre o tema específico.

Adicionalmente, o formato documentário foi escolhido a partir da experiência dos autores como acadêmicos de jornalismo e membros da comunidade LGBTQIAPN+. Ao longo de suas vidas, foram indivíduos que desejavam ser ouvidos e, durante a graduação, compreenderam o jornalismo como uma área de influência social. Assim, o projeto surge como uma iniciativa destinada a trazer à tona as vozes daqueles, cujas histórias foram silenciadas pela intolerância enraizada na sociedade. O projeto incluiu um documentário expositivo e participativo (Nichols, 2012), que busca responder à seguinte pergunta: Como as mulheres transexuais e travestis têm acesso ao mercado de trabalho formal em Macapá?

A escolha do formato audiovisual neste TCC foi definida com o propósito de apresentar ao espectador uma narrativa autêntica sobre os obstáculos enfrentados no ingresso e permanência de mulheres transexuais e travestis em busca de um emprego. A escolha propõe uma compreensão mais profunda e humanizada em relação à temática em pauta.

A metodologia utilizada para a elaboração deste memorial baseia-se em uma pesquisa de abordagem qualitativa (Lakatos e Marconi, 2003), com revisão bibliográfica por meio de fontes como artigos científicos, sites de notícias, relatórios

e agências de estatísticas (Gil, 2008), e tem como método de coleta de dados a entrevista semiestruturada (Gil, 2010). Foram aplicados conceitos de documentário nos modos expositivo e participativo (Nichols, 2012).

Este memorial está organizado em quatro seções principais. A primeira seção desta pesquisa apresenta o referencial bibliográfico, com estudos embasados em autores, discutindo temas como a identidade de gênero e sua perspectiva na sociedade brasileira, o mercado de trabalho no Brasil e na cidade de Macapá, desenvolvendo uma análise bibliográfica desse cenário laboral na concepção de mulheres transexuais e travestis.

Além disso, discorre sobre os conceitos e técnicas aplicadas para fundamentar os recursos que compõem o documentário, além de apresentar as interpretações conceituais de diferentes autores e os métodos de pesquisa adotados. A primeira seção também aborda a compreensão de direitos humanos, reiterando os direitos relacionados ao mercado de trabalho e à comunidade LGBTQIAPN+.

Na segunda e terceira seções deste estudo, detalhamos a metodologia utilizada, discorrendo sobre os métodos e técnicas e, ainda, detalhando o processo de produção e descrição do projeto experimental. Na quarta seção, apresentamos as considerações finais, revisitando o problema e os objetivos da pesquisa, e sugerindo novas investigações no âmbito das mulheres transexuais e travestis.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica deste trabalho, baseada em pesquisas realizadas por autores reconhecidos na área, está diretamente alinhada ao objetivo principal deste memorial. A revisão bibliográfica foi essencial para contextualizar o tema e reunir informações sobre a inserção de pessoas transexuais no mercado de trabalho, além de incluir materiais sobre direitos humanos. Esses pesquisadores contribuíram significativamente para o desenvolvimento do trabalho, oferecendo uma base teórica sólida e direcionando a interpretação dos dados.

Especialistas, como Bill Nichols, Maria de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos, Maria Victoria de Mesquita Benevides Soares, Letícia Nascimento, entre outros escritores das áreas de documentário, jornalismo, direitos humanos e da comunidade LGBTQIAPN+, são referenciados de maneira extensiva para sustentar a fundamentação acadêmica neste projeto experimental.

### 2.1 IDENTIDADE DE GÊNERO

Para a elaboração deste memorial, foram utilizados os prefixos “cis” e “trans” para se referir aos conceitos de cisgênero e transgênero. Essas definições são relevantes para a compreensão das identidades de gênero.

No contexto de identidade de gênero, as pessoas cis são aquelas cuja identidade corresponde ao gênero designado ao nascimento.

Um sentimento interno de congruência entre seu corpo (morfologia) e seu gênero, dentro de uma lógica onde o conjunto de performances é percebido como coerente. Em suma, é a pessoa que foi designada “homem” ou “mulher”, se sente bem com isso e é percebida e tratada socialmente (medicamente, juridicamente, politicamente) como tal (Colling apud Kass, 2018, p. 33).

O vocábulo transgênero refere-se a pessoas cuja identidade de gênero é diferente daquela com a qual nasceram. Letícia Nascimento (2021, p. 18) explica o conceito “guarda-chuva” que abrange todas as identidades que não se enquadram na binaridade do feminino e masculino (homem e mulher cis). Da mesma forma,



inclui 31 identidades de gênero, conforme anunciado pela Comissão de Direitos Humanos de Nova York (The NYC Commission on Human Rights, 2015).

A definição de transexuais é para pessoas que não se identificam com o gênero designado ao nascimento. Por exemplo, uma mulher trans nasceu com o gênero masculino, mas, em determinado momento se reconheceu como mulher. De modo semelhante, as travestis têm uma expressão de gênero feminina, embora o reconhecimento dessa nomenclatura possa variar conforme a subjetividade da pessoa. Tanto mulheres transexuais quanto travestis pertencem ao espectro feminino.

Em continuidade, Oliveira e Nogueira (2010) explicam que a transexualidade envolve o desejo do indivíduo de adotar comportamentos e costumes associados ao gênero oposto ao de nascimento. Importante ressaltar que esse processo de identificação de gênero não está vinculado à realização de procedimentos cirúrgicos de redesignação sexual.

Quadro 1 – Resumo das identidades de gênero presentes neste memorial

<b>Cisgênero</b>	Termo que engloba o indivíduo que se reconhece com o gênero que lhe foi atribuído ao nascimento.
<b>Transgênero</b>	Termo que agrega todas as identidades que fogem da binaridade do feminino e masculino. Aquele que não se reconhece com o gênero que lhe foi atribuído ao nascimento.
<b>Mulher transexual</b>	Pessoa que nasceu no gênero masculino, mas se reconhece como mulher.
<b>Travesti</b>	Pessoa que nasceu em um corpo masculino, mas se identifica com a figura feminina. Não há necessidade de cirurgias de redesignação sexual, mas ela se veste com um visual feminino no dia a dia.

Fonte: Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Travestis (ABGLT, 2016).

Por outro lado, pessoas cisgêneras são as que se identificam com o sexo atribuído ao nascimento. Conforme a ativista e secretária de articulação política da Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA, Bruna Benevides (2021), “a identidade de gênero é a forma pela qual eu expesso o gênero com o qual eu me identifico”. Com isso, a transexualidade é uma identidade de gênero que vai muito além do sexo físico biológico no nascimento (masculino e feminino).

Desta forma, “um transexual feminino começa a vida com o corpo masculino, porém com uma identidade de gênero feminino, enquanto um homem transexual começa a vida com um corpo feminino, mas tem identidade de gênero masculino” (Jobson *et al.*, 2012, p. 160).

Em síntese, a identidade de gênero pode ser considerada como o resultado de um processo de reconhecimento íntimo que cada indivíduo possui em relação ao gênero ao qual se identifica, indiferentemente da condição biológica de seu sexo anatômico (De Avelar, 2022).

A aceitação de mulheres transexuais na sociedade é um desafio diário, pois elas enfrentam dificuldades devido à quebra dos padrões tradicionais de gênero. Com isso, a individualidade sempre foi um fator de exclusão em uma sociedade acostumada a ditar o que é norma.

[...] A discussão sobre o que é gênero é fundamental para podermos problematizar a concepção hegemônica sobre as identidades de gênero e as sexualidades trans. [...] O caráter polissêmico dessa categoria, portanto, reverbera em disputas teóricas e se materializa em políticas públicas que podem encarnar uma concepção mais ou menos biologizante das identidades (Bento, 2012, p. 02).

Além da identificação de gênero como mulher trans, a pessoa pode se enxergar como travesti. A identidade travesti é um espectro feminino. Ser travesti vai além de se autodeclarar; é uma maneira de lutar por direitos e espaços na coletividade.

Travestis: Pessoas que foram identificadas como sendo pertencentes ao gênero masculino no nascimento, mas que se reconhecem como pertencentes ao gênero feminino e tem expressão de gênero feminina, mas não se reivindicam como mulheres da forma com que o ser mulher está construído em nossa sociedade. Mulheres Transexuais: Pessoas que foram identificadas como sendo pertencentes ao gênero masculino no nascimento, mas que se reconhecem como pertencentes ao gênero feminino e se reivindicam como mulheres (Martins, 2020, p.03).

Por isso, o termo é usado como forma de resistência e existência por essas pessoas que, diariamente, precisam existir em um corpo social machista e transfóbico. Conforme Maria Amélia Veras (2020):

O termo travesti foi o primeiro a ser usado no Brasil, desde meados dos anos 1980. Inicialmente estava associado com um forte estigma relacionado à prostituição, violência e marginalidade. Hoje, muitos transexuais que chegam à universidade têm se definido dessa maneira como afirmação política, para desestigmatizar o que é ser travesti no Brasil (Veras, 2020).

Mulheres transexuais e travestis precisam reafirmar sua identidade de gênero aos familiares, professores, amigos, colegas e chefes de trabalho, dentre outros. Essa validação pode se tornar mais desgastante em ambientes de trabalho. Por exemplo, através de comentários e perguntas invasivas: nome morto, banheiro, comparações estéticas ou se realizou a cirurgia de redesignação sexual.

O estigma sobre as travestis se expressa de diversas maneiras: seja por não serem reconhecidas como “mulheres de verdade” (enquanto as mulheres transexuais seriam em essência mulheres que nasceram no corpo errado, como prega o ideário médico) (Martins, Silva, 2020, p.14).

A identificação constitui a identidade do indivíduo. Ao nascer, todos recebem uma designação conforme o órgão reprodutor, indicando as nomenclaturas masculinas e femininas. Na comunidade LGBTQIAP+, especialmente entre pessoas trans, o termo “nome morto” refere-se à nomeação anterior, que deve ser retificada para nome social e sexo. Essa retificação é garantida por lei, conforme a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4.275 do Supremo Tribunal Federal (STF, 2018), não sendo obrigatório procedimentos cirúrgicos de redesignação sexual.

Dispõe sobre a averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimento e casamento de pessoa transgênero no Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN)” (provim. 73). (Diário da Justiça Eletrônico, 2018).

Quadro 2 – Resumo Nome Morto e Nome Social

<b>Nome Morto</b>	O termo “nome morto” refere-se ao nome de nascimento, à antiga nomeação dada à pessoa.
<b>Nome Social</b>	Nome social é o prenome adotado pela pessoa travesti, mulher transexual ou homem trans, que corresponde ao nome pela qual se reconhece, identifica-se e é reconhecida(o) e denominada(o) por sua comunidade.

Fonte: Rodrigo, (2018)

## 2.2 MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL E NO AMAPÁ

O mercado de trabalho pode ser definido em dois segmentos: mercado formal e informal. No mercado formal, os trabalhadores exercem suas funções com garantia de direitos trabalhistas, como carteira assinada, salário-mínimo, jornada de trabalho, férias remuneradas, 13º salário, FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e seguro-desemprego. O mercado informal não oferece benefícios para garantir direitos básicos, como os citados acima. O cidadão pode encontrar baixa remuneração e riscos à saúde e à segurança, ou seja, não há regulamentação empregatícia.

Segundo o Dicionário de Português (2024), a terminologia “emprego” refere-se à iniciativa de atribuir ou empregar a função a um indivíduo para exercer uma atividade empregatícia. Além disso, o emprego é fundamental para atender às necessidades básicas, como alimentação, moradia, vestuário, saúde, educação, lazer, entre outras.

A proposição subsequente alinha-se com o que está estabelecido na Constituição Federal de 1988, no artigo 6º, que garante o direito à empregabilidade para obter independência financeira e contribuir para a economia. Conseqüentemente, o trabalho oferece dignidade à pessoa e permite a satisfação de necessidades vitais.

Em contrapartida, conforme o IBGE (2024), o vocábulo desemprego relaciona-se às pessoas desocupadas, ou seja, àquelas acima de 14 anos que estão sem atividade profissional ou em busca de um serviço laboral.

### 2.2.1 Taxa de Desemprego no Brasil

De acordo com o levantamento do 2º trimestre de 2024, realizado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2024), o Brasil registra 7,5 milhões de desempregados, o que corresponde a uma taxa de 6,9%. Observa-se que, na região Norte, composta pelos estados do Pará, Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Tocantins e Amapá, a taxa de desocupação também é de 6,9%.

Quadro 3 – Taxa de Desocupação por Região

Região	Taxa de Desocupação
--------	---------------------

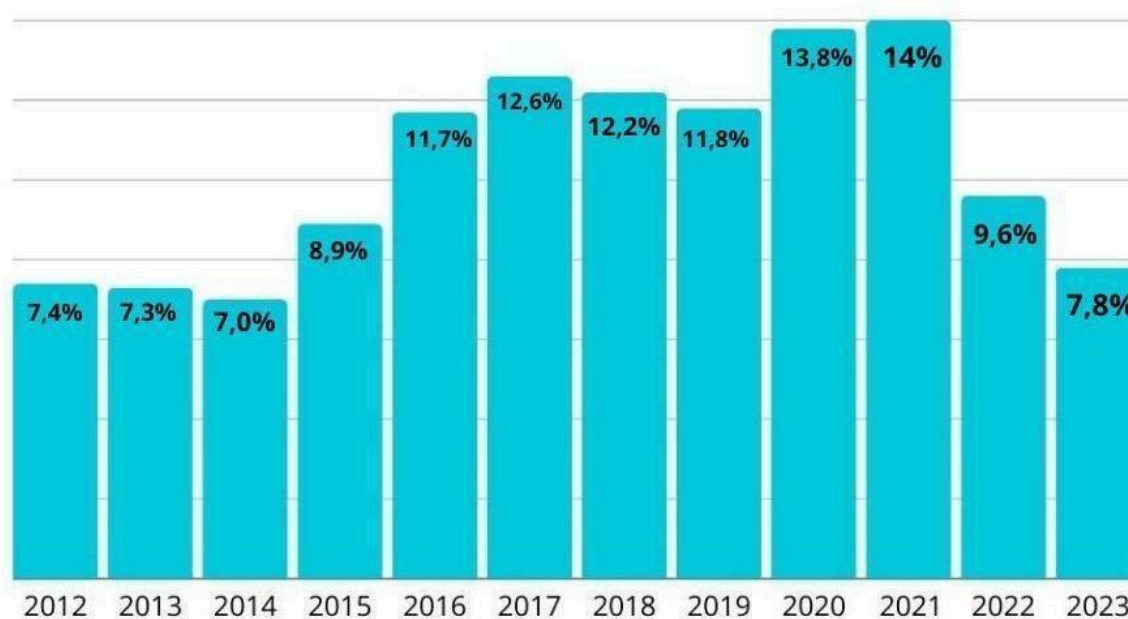
Brasil (Total)	6,9%
Norte	6,9%
Nordeste	9,4%
Centro-Oeste	5,4%
Sudeste	6,6%
Sul	4,7%

Fonte: IBGE, 2024.

A pesquisa do IBGE (2024) também analisou o gênero das pessoas desocupadas no Brasil, apontando que 54,2% são mulheres, enquanto 45,8% são homens. É importante destacar que o levantamento não diferencia pessoas cisgêneras e transgêneras, o que impossibilita a obtenção de dados oficiais sobre a população trans.

Ao analisarmos os dados de 2012 a 2023 referentes às taxas de desemprego no país, identificou-se uma queda no índice de desocupação, que passou de 9,6% em 2022 para 7,8% em 2023. Outra variável observada foi o intervalo com maiores índices de desemprego nos anos de 2020 e 2021, durante a pandemia da Covid-19.

Gráfico 1 - Evolução da taxa de desemprego no Brasil



Fonte: IBGE, 2023.

### 2.2.1.1 Taxa de desemprego no Amapá

De acordo com a pesquisa do segundo trimestre de 2024 da PNAD (IBGE, 2024), o estado do Amapá manteve uma taxa de desocupação estável de 6% em comparação ao primeiro trimestre deste ano. Conforme os dados apresentados, a taxa de desemprego não teve alteração positiva nem negativa, mantendo um nível constante de emprego e desemprego.

Adicionalmente, o levantamento do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do segundo trimestre, divulgado pelo Observatório do Trabalho Decente nos Municípios Brasileiros, apresenta dados referentes aos empregos formais celetistas no município de Macapá: foram admitidos 10.614 trabalhadores e desligados 7.646, resultando em um saldo de 2.968.

Os quadros abaixo apontam as ocupações com maior ganho de postos formais e as ocupações com maior perda de postos, além de exibirem quais áreas profissionais tiveram admissões e desligamentos no mercado de trabalho formal.

Quadro 4 - Ocupações com maior ganho de postos formais

Ocupação	Admitidos	Desligados	Saldo
Faxineiro	1.982	607	1.285
Servente de Obras	531	321	210
Motorista de Ônibus Urbano	109	17	92
Assistente Administrativo	398	309	89
Recepcionista, em Geral	316	228	88

Fonte: Plataforma SmartLab, iniciativa do MPT e da OIT Brasil

Quadro 5 - Ocupações com maior perda de postos formais

Ocupação	Admitidos	Desligados	Saldo
Instalador de Linhas Elétricas de Alta e Baixa - Tensão (Rede Aérea e Subterrânea)	19	82	-63
Supervisor Administrativo	32	60	-28

Vendedor de Comércio Varejista	534	561	-27
Administrador	5	32	-27
Gerente Administrativo	31	49	-18

Fonte: Plataforma SmartLab, iniciativa do MPT e da OIT Brasil.

Ambas as pesquisas não divulgaram resultados sobre a empregabilidade da população trans, apresentando apenas mulheres e homens cis.

### 2.2.1.2 Mercado de Trabalho para Travestis e Transsexuais

A Constituição Federal estabelece, no artigo 3º, inciso IV, é dever do Estado “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL, 1988). Apesar de garantido na Carta Magna, na prática, para milhões de brasileiros, o que foi previsto em lei não é assegurado.

Ademais, conforme dados da ANTRA (2017), entende-se que 82% das pessoas trans abandonam ou desistem do ensino médio entre 14 e 18 anos. Ou seja, são indivíduos que não concluíram o ensino básico, e na maioria das vezes não possuem qualificações técnicas, ampliando mais as barreiras do acesso ao emprego formal.

Por falta de capacitação e oportunidades, transexuais femininas buscam outros caminhos para o sustento e proteção. Bem como os autores Gonçalves e Trujillo destacam:

Ainda que de modo involuntário, uma parte das transexuais associa-se à marginalidade como um método de proteção e sobrevivência econômica, e estabelecem, contra sua vontade, uma dependência direta (Gonçalves e Trujillo, 2020, p. 41).

A ausência de qualificação de mulheres transexuais e travestis influencia essa população a ocupar cargos inferiores no mercado de trabalho, isso quando têm oportunidade de ter um emprego formal, visto que o preconceito é um dos principais entraves no acesso aos postos de trabalho.

O preconceito se manifesta de diversas formas, muitas vezes enraizado em representações distorcidas das identidades LGBTQIAPN+. Pessoas e instituições se

colocam como defensores da moralidade, propagando uma ideia de que estão realizando um "favor social" ao agir contra aqueles que consideram "monstruosos".

Explica Furlani:

Diante da representação "monstruosa" da identidade homossexual (ou de outra identidade sexual subordinada), algumas pessoas ou instituições assumem o papel de paladinos da justiça moral, como se estivessem fazendo um "favor social", "limpando" as ruas através de atos de violência verbal e/ou física dos monstros, dos maus elementos, dos depravados, daqueles que depõem contra a família e os bons costumes. Nesse caso, a representação monstruosa naturaliza a violência e a subjugação de um tipo de sujeito representado como diferente, como monstruoso, por outro tipo (o "normal") que é "autorizado" socialmente a cometer os atos de discriminação e preconceito (Furlani, 2007, p.278).

Além disso, fatores como a educação e a formação profissional contribuem para exclusão dessas pessoas do mercado de trabalho formal. A sociedade é estruturada para beneficiar aqueles que têm mais formação e poder aquisitivo. Assim, grupos sociais que não estão no padrão, são automaticamente excluídos e marginalizados no corpo social.

A partir de uma perspectiva sistêmica, as pessoas transexuais estão muitas vezes em desvantagem em vários níveis de identidade social ou de grupo. Socioeconomicamente, transgêneros sofrem a pobreza, experiência desproporcionalmente aos demais, a discriminação no emprego, e a falta de moradia (O'Hara, 2013, p. 238).

Destarte, quando há a chance de um emprego formal, esse emprego não é acessível a travestis e, quando existe a possibilidade, atinge somente mulheres trans. Esses trabalhos são, em sua maioria, de base, não por desvalorização, mas porque as ocupações nessas áreas não oferecem alternativas para que se tornem líderes em segmentos especializados. As oportunidades de trabalho formais fora da prostituição concentram-se nos serviços gerais, limpeza, alimentação e, em maior grau, nos salões de beleza (Carvalho, 2006).

Conforme os resultados do Projeto Trans do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT da Universidade Federal de Minas Gerais, em média, 50,8% das trans complementam sua renda atuando como cabeleireiras, todavia 49,2% ainda ocupam posições que dificilmente possibilite valorização ou crescimento profissional, atuando como cozinheira, empregada doméstica dentre outros postos de trabalho (NUH/UFMG, 2022, p. 59).

As discussões sobre sexualidade e identidade de gênero evidenciam como normas sociais rigidamente estabelecidas impactam indivíduos fora dos padrões



tradicionais. Nesse contexto, as sexualidades consideradas "diferentes", que desafiam a heteronormatividade, frequentemente enfrentam discriminação e violência, como afirmam Souza e Feliciano (2020).

As sexualidades tidas como "desviantes" e que rompem com um "CIStema", baseado nas normas e "leis" da heteronormatividade, binariedade e cisnormatividade, sofrem diferentes processos de exclusão/violência/marginalização/subjetivação e, que se acumulam em diferentes escalas, até mesmo na escala do corpo, representadas pelas marcas violentas explícitas em diferentes sujeitos (Souza, Feliciano; 2020, p.5).

Além dos fatores listados acima, a comunidade trans é rejeitada no mercado por não seguir o padrão heteronormativo<sup>1</sup> existente na sociedade. As mulheres trans vivenciam uma perspectiva periférica de preconceito disfarçado no serviço. Assim destaca o autor:

As pessoas transgêneras percebem a existência de diversas formas de preconceito e discriminação nas práticas organizacionais e dos colegas de trabalho, seja através de olhares, piadas, forma de tratamento, restrições para frequentar alguns espaços e a resistência. Além disso, a forma como eles se percebem, o medo e a angústia que sentem e que acabam por gerar certo grau de afastamento social e psicológico (Cândido, 2016, p. 12).

Nesse contexto, Rojas (2006) corrobora com essa abordagem acadêmica exemplificando a discriminação no ambiente profissional existente em diferentes fases do processo de contratação, afirmando que:

A discriminação no emprego é vista como qualquer forma que se manifeste na área do serviço público ou privado, englobando a fase da procura do emprego, recrutamento e entrevistas de seleção e quais condições efetivas de conclusão ocorre da mesma (Rojas, 2006, p. 84).

Em seguimento, quanto à rejeição social acerca do não cumprimento de um padrão heteronormativo, uma pesquisa do Ministério da Saúde (2015) observa que, ligado a isso, o machismo e o preconceito estão entre os principais fatores de exclusão de mulheres transexuais no ambiente formal de trabalho.

---

<sup>1</sup> A heteronormatividade nada mais é do que uma imposição social para ser ou se comportar de acordo com os papéis de cada gênero. Disponível em: [https://amaro.com/blogs/inspire/heteronormatividade#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20heteronormatividade%3F\(e%20sejam\)%20como%20heterossexuais](https://amaro.com/blogs/inspire/heteronormatividade#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20heteronormatividade%3F(e%20sejam)%20como%20heterossexuais). Acesso em: 19 abr. 2024.

Na maioria das empresas, os cargos de chefia são ocupados por homens héteros e conservadores. Aqui no Brasil e em boa parte do mundo, acostumou-se a lidar somente com o homem e a mulher. Sendo assim, qualquer coisa que fuja desse binarismo é olhada com preconceito e com discriminação (Ministério da Saúde, 2015 s.p).

Em consonância com isso, De Avelar (2022) pontua o segregamento de transexuais em ocupações profissionais como resultado de um sistema heteronormativo.

A imposição da cultura heteronormativa presente na sociedade acabou limitando os espaços e os papéis sociais que devem ou não ser desempenhados por transexuais, desencadeando um afastamento social precoce do indivíduo do convívio em coletividade (De Avelar, 2022, p. 55-56).

Quando esse grupo tem a oportunidade de trabalhar em um ambiente formal, tem que enfrentar inúmeros obstáculos, que vão desde piadas transfóbicas a machismo estrutural.

O termo 'machismo estrutural' surge dentro do movimento feminista para classificar uma estrutura de poder misógina, na qual o gênero masculino se coloca como superior aos demais gêneros. Trata-se da estruturação de um sistema patriarcal que enaltece valores masculinos e inferioriza a feminilidade (Hintze, 2020). A hostilidade, a chacota, o assédio, o abuso de autoridade motivado pelo preconceito e a remuneração podem ser considerados fatores que contribuem diretamente para o baixo índice de pessoas trans no mercado de trabalho (Rondas, Machado, 2015).

Esse preconceito está enraizado na sociedade. Uma grande parcela da população não aceita a identidade de gênero de uma pessoa trans, e essa prática distancia ainda mais essas pessoas de um trabalho formal.

Isso porque as transexuais não são vistas como mulheres "autênticas", além de serem estigmatizadas e vinculadas a posturas tidas como socialmente inaceitáveis, por isso, encontram resistências para acessar e se inserir em postos de trabalho formais (Almeida e Vasconcelos, 2018, p. 302-303).

Como fator desse preconceito, a comunidade trans feminina acaba tendo como única oportunidade o trabalho sexual. Conforme evidenciado pela pesquisa sobre profissionais do sexo divulgada pela ANTRA (2020)<sup>2</sup>, aproximadamente 90%

---

<sup>2</sup> Disponível em:

<https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2020/04/dica-profissionais-do-sexo-co-vid19-antra.pdf> . Acesso em: 16 mai. 2024.

da população travesti e demais pessoas trans brasileiras têm como principal fonte de renda a prostituição. De acordo com Kaffer et al. (2016), existem diferentes motivações que causam a inserção dessa população na prostituição, como a carência de qualificação profissional, decorrente da exclusão no ambiente familiar, social e acadêmico.

Os autores Gonçalves e Trujillo (2020) enfatizam que, embora existam espaços sociais que proporcionem visibilidade e autonomia, como o mercado de trabalho, ainda persistem práticas discriminatórias nos ambientes laborais, o que impacta a interação diária entre as pessoas.

De Avelar concorda com esse pensamento ao enfatizar as desigualdades enfrentadas por pessoas trans nos ambientes laborais.

A tentativa de acesso ao emprego formal para pessoas trans e travestis ocorre, especialmente no cotidiano brasileiro, em proporções indescritivelmente desiguais quando comparado a qualquer outro segmento minoritário (De Avelar *et al.*, 2022, p. 47).

A inclusão de pessoas trans no mercado de trabalho acontece de maneira lenta e gradual se comparada à demanda que existe. Mesmo com as mudanças acontecendo nas leis, a comunidade trans segue lutando por sua inserção social em meio ao preconceito.

O processo de inclusão de pessoas trans no mundo do trabalho ainda não evoluiu para uma mudança substancial. Diante desse cenário, é necessário problematizar questões que busquem, sobretudo, identificar as causas e fatores que colaboram para a manutenção desse quadro social (De Avelar *et al.*, 2022, p. 3).

Uma das principais vitórias para a comunidade trans foi a validação do nome social em instituições públicas, que reitera a identidade de gênero. Em 28 de abril de 2016, o Decreto nº 8.727 assegurou o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas transgêneras que desejarem substituir o nome de nascimento. Uma conquista imensurável para a comunidade trans, mas invalidada por cidadãos transfóbicos.

Apesar dos avanços históricos, a grande maioria de transexuais ainda convive diariamente com episódios recorrentes de discriminação e preconceito que inviabilizam, quase que por completo, sua inserção social (De Avelar *et al.*, 2022, p. 11).

Da mesma forma, o mercado de trabalho é competitivo, candidatos precisam seguir as padronizações do contratante. Essas dificuldades crescem quando o candidato à vaga de emprego é uma mulher trans e travesti. Considerando o cenário nacional, o Brasil tem uma taxa de 7,5 milhões de desempregados, de acordo com dados da última pesquisa do IBGE. De Avelar explica como esse fenômeno está intrinsecamente relacionado com o processo sociocultural de uma sociedade.

Pessoas trans enfrentam hoje no país um processo de marginalização social compulsória. São, em sua maioria, excluídas involuntariamente do convívio social em razão de suas individualidades e, por consequência, tendem a enfrentar severas dificuldades ao tentar se (re)integrar em sociedade. (De Avelar *et al.*, 2022, p.46).

Entretanto, no Brasil, há uma política de acesso à empregabilidade para pessoas transgêneras, chamada TransEmpregos. Esta organização auxilia na contratação em empresas parceiras do projeto, criada em 2013, com objetivo de garantir a empregabilidade e dignidade das pessoas transexuais no país. Além do envio de currículos, os usuários também podem buscar cursos de capacitação. A plataforma visa oferecer oportunidades de trabalho por meio de empresas parceiras.

O Amapá participa do projeto nacional de empregabilidade de pessoas trans. De acordo com o relatório de dados de 2023, disponível no portal TransEmpregos, há cerca de 0,15% de usuários cadastrados no sistema e 0,00% vagas de empregos formais no estado. Com essa porcentagem zero, é evidente o desinteresse das empresas em participar de iniciativas para inclusão de pessoas trans no mercado de trabalho amapaense. O portal conta atualmente com 24.646 usuárias (os) cadastradas (os) em todo o Brasil, com 0,15% no Amapá, o que corresponde aproximadamente a 37 pessoas vinculadas à iniciativa.

Além disso, a pesquisa aborda a escolaridade dessa população, 61,34% são de mulheres trans e 54,33% de travestis que têm apenas o ensino médio. De acordo com Licciardi, Waitmann e Oliveira (2015), mulheres transexuais enfrentam desafios na busca por empregabilidade devido a peculiaridades como baixa escolaridade, frequentemente resultado de exclusão social ou condição de gênero.

No Amapá, existe o Centro de Acolhimento AMA-LBTI, vinculado à Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres (SEPM). Criado para oferecer cuidados de saúde, cidadania e acolhimento com respeito às diversidades, o espaço disponibiliza serviços psicológicos e sociais, além de orientação e encaminhamento. Segundo o Governo do Amapá, em 2024, o serviço registrou mais de 280 atendimentos a mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais e intersexuais.

### 2.3 JORNALISMO E DOCUMENTÁRIO

Documentário é um gênero cinematográfico que se destaca por seu compromisso com a realidade dos fatos. Sua história remonta ao século XX, quando o cinema passou a ser visto como uma ferramenta social para educar e formar a cidadania, conforme destaca Nichols (2010, p. 26): “Os documentários dão-nos a capacidade de ver questões oportunas que necessitam de atenção. Vemos visões fílmicas do mundo. Essas visões colocam diante de nós questões sociais e atuais, problemas recorrentes e soluções possíveis”. Todavia, ao longo das décadas seguintes, o documentário evoluiu conforme as mudanças sociais, culturais e políticas, especialmente durante a contracultura dos anos 1960 e 1970, período em que essa percepção começou a ser contestada. Bem como Nichols enfatiza:

Alvo fácil de ironia, a noção do documentário como missão de servidor público, formando cidadão e educando as massas, tendo sua razão de ser justificada numa produção incrustada no Estado - transforma-se no "cinema de papai e mamãe" para a nova geração (Nichols, 2005, p. 12).

Nichols destaca que o documentário não se limita à reprodução literal da sociedade, pois, enquanto produto cinematográfico, incorpora um recorte subjetivo da realidade.

Documentário é um gênero cinematográfico que se caracteriza pelo compromisso com a exploração da realidade. Mas dessa afirmação não se deve deduzir que ele represente a realidade «tal como ela é». O documentário, assim como o cinema de ficção, é uma representação parcial e subjectiva da realidade (Nichols, 2005, p. 47).

---

<sup>3</sup> Disponível em:

<https://www.amapa.gov.br/noticia/2603/desde-janeiro-governo-do-amapa-garantiu-mais-de-280-atendimentos-a-mulheres-lesbicas-bissexuais-transexuais-e-intersexuais>. Acesso em: 17 de jul. de 2024.

Apesar de ser um gênero cinematográfico, o documentário também possui uma associação com o jornalismo, pois os dois buscam trabalhar com fatos verídicos. No início, o documentário buscou representar a realidade de forma objetiva e imparcial; no entanto, aos poucos ele foi se distanciando desse objetivo, trabalhando mais com a subjetividade e criatividade (Melo *et al.*, 2001).

Dulcília Buitoni (2008) explica que os documentários jornalísticos, tradicionalmente exibidos na televisão e agora na internet, seguem um padrão de estrutura estabelecidos. Todavia, a autora afirma que existe a possibilidade de perspectivas ilimitadas no campo audiovisual.

A forma documentária vem dos primórdios do cinema e se desdobra em produções cinematográficas, jornalísticas, para canais específicos da TV paga, em matérias do webjornalismo... Por mais que a noção de reprodução do real seja questionada por alguns teóricos e realizadores, a presença do índice, da marca, é o apelo predominante para sua produção e consumo... A ideia de que é possível fugir dos padrões jornalísticos habituais sem perder o caráter de registro (Buitoni, 2008, p. 93).

Dessa forma, o documentário jornalístico não segue o padrão estrutural de uma videoreportagem nem de uma reportagem audiovisual, podendo utilizar recursos mais cinematográficos, desde a construção do roteiro até a trilha sonora. Enquanto o jornalismo preza pela imparcialidade e a objetividade, o documentário trabalha com a subjetividade e criatividade.

Segundo Bill Nichols (2005), o documentário é categorizado em várias tipologias distintas, das quais seis se sobressaem: poético, expositivo, observativo, participativo, reflexivo e performático.

O documentário poético busca a subjetividade e a estética do filme, podendo utilizar poemas e trechos de obras literárias. O expositivo se preocupa mais com a defesa dos argumentos que a estética, buscando a objetividade ao narrar os fatos. O participativo é quando o documentarista e/ou a equipe aparecem, de alguma forma, nas filmagens.

O jornalismo, ao exercer a objetividade dos fatos, tem por compromisso seguir o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, conforme uma regulamentação e preceitos jornalísticos, especialmente três bases essenciais: veracidade, precisão das informações e interesse público.

Por isso, o estilo de documentário que mais se aproxima do jornalismo é o expositivo, pois predomina a objetividade ao procurar narrar um fato, podendo usar legendas e narração. Este formato de documentário se assemelha às reportagens do jornalismo.

Uma das características do documentário expositivo é a presença de um narrador que, por meio de sua voz em off, conduz a apresentação dos fatos e estabelece o enquadramento da narrativa.

A voz do documentarista pode defender uma causa, apresentar um argumento, bem como transmitir um ponto de vista. Os documentários procuram nos persuadir ou convencer, pela força de seu argumento, ou ponto de vista, e pelo atrativo, ou poder, de sua voz. A voz do documentário é a maneira especial de expressar um argumento ou uma perspectiva (Nichols, 2005, p. 73).

Na elaboração do documentário, também adotamos uma abordagem participativa, que permite a inclusão dos autores nas entrevistas. De acordo com Nichols (2012), no cinema documentário participativo, o cineasta pode atuar como um pesquisador ou repórter investigativo, seja de forma receptiva ou reflexiva.

Modo participativo: enfatiza a interação do cineasta e tema. A filmagem acontece em entrevistas ou outras formas de envolvimento ainda mais direto. Frequentemente, une-se a imagem de arquivo para examinar questões históricas. (NICHOLS, 2012, p. 62-63).

Com isso, o modelo participativo é a união de dois grupos: a fonte e o comunicador, para informar determinado assunto à sociedade (Berger, 1999). Ademais, trabalha as relações interpessoais entre os participantes.

## 2.4 DIREITOS HUMANOS E TRABALHO

A história dos direitos começa com a conquista da antiga Babilônia por Ciro, o Grande, rei da antiga Pérsia, por volta dos anos 539 a.C. Após a conquista, Ciro anunciou a libertação de todos os escravos e garantiu direitos fundamentais, como liberdade religiosa e igualdade racial. A primeira carta de direitos foi armazenada em um cilindro de argila, conhecido como cilindro de Ciro, que é considerado o primeiro

registro na história da humanidade voltado para os direitos humanos. O direito à Lei Natural não poderia ser vetado pelos governantes da antiga Grécia, pois era um direito à dignidade humana (Padrão, 2019).

Entretanto, na democracia da antiga Grécia, eram considerados cidadãos, homens nascidos em Atenas, filhos de pais atenienses e regiões próximas. Eram excluídos estrangeiros, mulheres e escravizados. Na Roma antiga, os direitos eram limitados ao homem mais velho da família (Venâncio, Vieira, 2011).

Os direitos na idade média eram restritos somente a quem possuía terras. O sistema feudal era organizado em nobreza, clero e camponeses. A estrutura do corpo social era dividida por estamento, ou seja, privilégios eram atribuídos a quem estava no topo da pirâmide social (Herkenhoff, 2002).

Na idade moderna, com o avanço do comércio, emergiu o crescimento da classe burguesa, que buscava o declínio da monarquia, com o objetivo de conquistar direitos civis e estabelecer o fim do sistema feudal e o início do capitalismo. Esse período representou um avanço significativo dos direitos civis, caracterizado pela resistência ao poder dos monarcas absolutistas e pela luta dos direitos individuais, como liberdade de locomoção e consolidação de patrimônio (Padrão, 2019).

Outro ponto fundamental para o avanço dos direitos universais ocorreu em 26 de agosto de 1789, com a Declaração dos Direitos do Homem e dos Cidadãos, estabelecida pela Assembleia Nacional Francesa, que garantiu a todos os cidadãos os direitos de liberdade, propriedade, segurança e resistência à opressão (Padrão, 2019).

Em contrapartida, a Revolução Industrial foi um marco para o sistema de trabalho no mundo. A manufatura transformou os meios de produção ao substituir o artesanal por maquinários, além de reunir os trabalhadores em fábricas nas grandes cidades. Entretanto, as condições eram de extrema exploração, com jornadas exaustivas e ambientes insalubres (Padrão, 2019).

Conseqüentemente, a segunda geração de Direitos Humanos emergiu com a luta social dos operários, marcada por movimentos grevistas. Em continuidade, com o fim da Segunda Guerra Mundial, governantes criaram o núcleo fundamental de Direitos Humanos Internacionais, que culminou na Declaração Universal Dos Direitos Humanos (Silva, 2019).

Os direitos humanos são um conjunto de preceitos que visam proteger e garantir a liberdade, dignidade e igualdade de todas as pessoas. Esses direitos são



universais, indivisíveis e interdependentes; portanto, todos devem ser respeitados e seguidos da mesma maneira, servindo como um padrão de fundamentos que deve ser garantido a cada pessoa.

O que se convencionou chamar “direitos humanos”, são exatamente os direitos correspondentes à dignidade dos seres humanos. São direitos que possuímos não porque o Estado assim decidiu, através de suas leis, ou porque nós mesmos assim o fizemos, por intermédio dos nossos acordos. Direitos humanos, por mais pleonástico que isso possa parecer, são direitos que possuímos pelo *simples fato de que somos humanos* (Rabenhorst, 2008, p. 16).

Ainda segundo Rabenhorst (2008), os direitos humanos são fundamentais para o funcionamento de uma sociedade com condições mínimas e devem ser aplicados a todas as pessoas, independente de nacionalidade, religião, cor da pele, orientação sexual e identidade de gênero; todos devem ser respeitados e protegidos.

Esses direitos abrangem uma série de direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, incluindo, entre outros, o direito à vida, à liberdade de expressão, à educação, à saúde e ao trabalho digno. De acordo com Pequeno (2008), a natureza dos direitos humanos está presente na proteção e promoção dos valores fundamentais da humanidade.

Os direitos humanos se aplicam a todos os homens e servem para proteger a pessoa de tudo que possa negar sua condição humana. Com isso, eles aparecem como um instrumento de proteção do sujeito contra todo tipo de violência. Pretende-se, com isso, afirmar que eles têm, pelo menos teoricamente, um valor universal, ou seja, devem ser reconhecidos e respeitados por todos os homens, em todos os tempos e sociedades (Pequeno, 2008, p. 24).

Esse conjunto de normas é reconhecido e protegido por instrumentos legais internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Além disso, os direitos humanos são defendidos e promovidos por organizações governamentais e não governamentais, instituições internacionais e pela sociedade civil como um todo.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) é uma conquista recente para a humanidade. Em 10 de dezembro de 1948, foi promulgada por governantes globais com objetivo de reconhecer e prevenir crimes cometidos durante a segunda guerra mundial e o holocausto, para que não fossem mais

praticados. Bem como, um exemplo das consequências do ódio, intolerância e violação da dignidade humana.

As Nações Unidas definiram uma ampla gama de direitos internacionalmente aceites, incluindo direitos civis, culturais, económicos, políticos e sociais. Também estabeleceu mecanismos para promover e proteger esses direitos, e auxiliar os Estados a cumprirem as suas responsabilidades. [...] Estabelece, pela primeira vez, que os direitos humanos fundamentais devem ser protegidos universalmente (Nações Unidas, 2019).

A DUDH é um documento composto por 30 artigos que garantem a igualdade de garantias relacionadas à identidade, à vida, à liberdade, à saúde, à nacionalidade, à propriedade, liberdade de manifestar a religião, à segurança social, ao direito ao trabalho, ao repouso, à educação, à cultura, dentre outros. Tendo como base a dignidade humana, cidadania e justiça social como estruturas relevantes para criação dos direitos humanos.

Trata a conquista dos direitos humanos relacionados ao princípio da dignidade humana que permite evolutivamente o reconhecimento atual da diversidade humana e social como uma premissa básica de qualquer sociedade e em respeito aos direitos humanos assegurados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual trata que “[...] todos os homens nascem iguais em dignidade e direitos” (Rosa Blanco, 2010, s.p. Aspas da autora).

Rosa Blanco (2010) entende que os direitos humanos se encontram essencialmente vinculados ao processo evolutivo da humanidade e à sua progressão sociocultural. Nesse sentido, os direitos humanos se configuram como um alicerce para o funcionamento de qualquer ordem social.

Ao contextualizar o termo Direitos Humanos ou Direitos do Homem, Benevides (2008) destaca que são direitos universais, sem nenhuma restrição; todos são beneficiados.

Os direitos humanos são aqueles direitos comuns a todos os seres humanos, sem distinção de raça, sexo, classe social, religião, etnia, cidadania política ou julgamento moral. São aqueles que decorrem do reconhecimento da dignidade intrínseca a todo ser humano. Independem do reconhecimento formal dos poderes públicos – por isso são considerados naturais ou acima e antes da lei -, embora devam ser garantidos por esses mesmos poderes (Benevides, 2008, p.04).

Os direitos humanos referem-se aos princípios inerentes à liberdade e igualdade, os quais são formalmente reconhecidos em documentos de alcance global. Por sua vez, os direitos fundamentais consistem nos direitos humanos que foram assegurados na Constituição Federal de um determinado país.

A expressão Direitos Humanos guarda relação com os documentos de direito internacional, vez que se refere às posições jurídicas que reconhecem o ser humano como alvo de tal, sem vinculação às ordens constitucionais dos Estados e, sendo assim, válidos universalmente, tendo caráter supranacional. Já os Direitos Fundamentais significam os direitos do ser humano reconhecidos e positivados em esfera constitucional de um Estado determinado (Lovato, Dutra, 2015).

Assim, embora compartilhem do mesmo conteúdo, Lovato e Dutra (2015) explicam que a diferenciação entre os dois reside no contexto normativo no qual estão estabelecidos. Os direitos fundamentais são assegurados universalmente, e pessoas trans podem retificar seus nomes sociais conforme o Decreto nº 8.727/2016. A mudança para o nome com o qual se sintam confortáveis permite que sejam respeitadas e reconhecidas na sociedade.

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis ou transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional (Brasil, 2022, p. 14).

Além disso, é proibido o uso de expressões pejorativas e discriminatórias para referir-se a pessoas travestis ou transexuais. No Brasil, não há uma lei específica para enquadrar crimes de LGBTfobia ou transfobia; porém, comportamentos agressivos e discursos de ódio que violem a identidade de gênero, são tipificados na Lei nº 7.716/1989, popularmente conhecida como Lei do Racismo.

Em 2023, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu que atos ofensivos praticados contra pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ podem ser enquadrados como injúria racial.

O direito à empregabilidade é uma garantia universal para todos os cidadãos, e o emprego representa um dos mecanismos primordiais para a obtenção de recursos financeiros destinados ao sustento pessoal. De acordo com a Declaração de Filadélfia<sup>4</sup> da Organização Internacional do Trabalho (OIT), são delineadas quatro

---

<sup>4</sup> Em 1944, os delegados da Conferência Internacional do Trabalho adotaram a Declaração de Filadélfia que, como anexo à sua Constituição, consolida desde então a Carta de Princípios e

ideias fundamentais que compreendem os valores e princípios fundamentais dessa organização.

O trabalho deve ser fonte de dignidade; que o trabalho não é uma mercadoria; que a pobreza, em qualquer lugar, é uma ameaça à prosperidade de todos; e que todos os seres humanos têm o direito de perseguir o seu bem-estar material em condições de liberdade e dignidade, segurança econômica e igualdade de oportunidades (OIT, 1944, s.p).

A Declaração de Filadélfia de 1944 enfatiza fundamentos como dignidade humana, que envolve justiça social e direitos dos trabalhadores. Esses ideais influenciaram na Declaração Universal, que não se limita a aspectos econômicos e sociais, mas abrange temas civis e políticos.

A DUDH tem como fundamento inicial o artigo 1º, que afirma que “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos, dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade” (ONU, 1948). Ou seja, todos são detentores de direitos e deveres previstos nesta consolidação.

Finalmente, estes direitos podem ser classificados em civis, políticos e sociais. Os primeiros são aqueles que dizem respeito à personalidade do indivíduo (liberdade pessoal, de pensamento, de religião, de reunião e liberdade econômica)". Esses direitos são elementos básicos para a sobrevivência da pessoa humana e materialização da igualdade assegurada na carta magna (Bobbio, 1995, p. 354).

Com relação ao trabalho, o artigo 23 da DUDH, voltado ao emprego formal, menciona que toda a pessoa tem direito ao trabalho sem discriminação. Este é um dos fundamentos desta pesquisa sobre a marginalização de mulheres transexuais e travestis nos postos de trabalho formal em Macapá. Com isso, abre-se espaço para a discussão: se todo ser humano tem esse direito, por que pessoas transexuais são discriminadas com empecilhos no acesso ao trabalho?

1. Todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego.

---

Objetivos da Organização Internacional do Trabalho. Esta Declaração serviu de referência para a Carta das Nações Unidas de 1946 e para a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Disponível em:

<https://www.editorajc.com.br/garantia-do-trabalho-decente-dia-internacional-dos-direitos-humanos-e-a-declaracao-de-filadelfia/> Acesso em: 09 Jun. 2024.

2. Todo ser humano, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho.
3. Todo ser humano que trabalha tem direito a uma remuneração justa e satisfatória que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.
4. Todo ser humano tem direito a organizar sindicatos e a neles ingressar para proteção de seus interesses (ONU, 1948, p. 05).

Um emprego formal garante ao cidadão a subsistência, poder de compra, participação social e profissional, além dos direitos trabalhistas, previdência e segurança social. O trabalho digno e justo favorece a inclusão social. Por isso, mulheres transexuais e travestis precisam ser empregadas formalmente para serem incluídas na sociedade. Elas necessitam de um sentimento de pertencimento à sociedade. Se a consolidação dos Direitos Humanos oferece dignidade para todos os cidadãos, isso deveria ser colocado em prática. Afinal, todos os seres humanos são iguais em dignidades e direitos. Nesse contexto, o Plano Nacional de Trabalho Decente do Ministério do Trabalho e Emprego (2010) destaca a importância da formalização do emprego.

Trabalho Decente é uma condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. Em inúmeras publicações, o Trabalho Decente é definido como o trabalho adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna. (Ministério do Trabalho e do Emprego, 2010, p.04).

Mulheres transexuais e travestis precisam de trabalho formal para adquirir os direitos de ir e vir. O trabalho é um dos princípios dos Direitos Humanos, sendo uma função que possibilita o lazer, transporte, saúde, educação, entre outros serviços na sociedade. Afinal, é necessário ter mecanismos para o sustento próprio.

O direito ao trabalho é essencial para a realização de outros direitos humanos e constitui uma parte inseparável e inerente da dignidade humana. Toda pessoa tem o direito a trabalhar para poder viver com dignidade. O direito ao trabalho serve, ao mesmo tempo, à sobrevivência do indivíduo e de sua família e contribui também, na medida em que o trabalho é livremente escolhido e aceito, para a sua plena realização e o seu reconhecimento no seio da comunidade (Le Droit, 2005, p. 2).

Para Messetti e Dallari (2018, p. 05), a dignidade humana é fruto das lutas dos seres humanos que, individual e coletivamente, se opõem à força da dominação

que lhes nega a emancipação. No ano de 2019, durante o Dia Nacional da Visibilidade Trans, 29 de janeiro, a Organização das Nações Unidas lançou a campanha “Livres e Iguais”, que reforça a importância da inclusão social de pessoas trans. O conteúdo da campanha inclui vídeos e guias que explicam os direitos das pessoas transexuais, reforçando a importância das leis e demais políticas públicas que promovam a inclusão dessa população.

Essa campanha do Alto Comissariado da ONU reconhece que a orientação sexual e a identidade de gênero estão diretamente relacionadas com desigualdades sociais, devido à falta de cumprimento dos direitos humanos com a comunidade LGBTQIAPN+.

## **METODOLOGIA**

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) consiste em um projeto experimental, cujo produto é um documentário expositivo e participativo intitulado: Realidade T: O mercado de trabalho para mulheres trans em Macapá, focando nos relatos de três mulheres transexuais residentes em Macapá.

A metodologia utilizada para a elaboração deste memorial baseia-se em uma pesquisa de abordagem qualitativa, com revisão bibliográfica, tendo como método de coleta de dados a entrevista semiestruturada.

A pesquisa qualitativa, conforme apontam Lakatos e Marconi (2003), envolve a observação de fatos e fenômenos em seu contexto natural, sem a manipulação dos dados, com o objetivo de identificar variáveis importantes para a análise.

A fase inicial do desenvolvimento foi marcada pela pesquisa bibliográfica, que serviu como método para coletar informações sobre o que já havia sido pesquisado sobre o tema. Foram utilizadas fontes como artigos científicos, sites de notícias, relatórios, observatórios, livros, documentos e agências de estatística, que abordam a temática da transexualidade e o mercado de trabalho.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas (Gil, 2007, p. 69).

Lakatos e Marconi (2003, p. 2008) afirmam que nenhuma pesquisa começa do zero. Para evitar o retrabalho, é essencial realizar uma revisão literária, a fim de não reiterar ideias existentes. Com base nesse processo, delimitamos o tema para aprofundar nosso objeto de estudo. A técnica escolhida para a obtenção de informações consistiu na entrevista. A entrevista é uma ferramenta fundamental para obter dados detalhados.

Pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo dos dados que interessam à investigação. A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação (Gil, 2008, p.109)

Gil (2010, p. 121) classifica as modalidades de entrevista aberta, estruturada e semiestruturada. Na entrevista aberta, o entrevistado tem liberdade para falar sobre o assunto, sem a necessidade de um roteiro fixo. Na estruturada, as perguntas seguem uma padronização. Já na semiestruturada, existe uma lista de perguntas a serem efetuadas, mas caso surjam outros questionamentos, o entrevistador pode alterar a estratégia inicial com novas questões.

Para a coleta de dados, optou-se pela entrevista semiestruturada, que permite uma flexibilidade das perguntas conforme o discurso das entrevistadas. As entrevistas foram conduzidas com mulheres trans e profissionais de assistência social, utilizando um roteiro previamente estabelecido. Além disso, todas as entrevistadas consentiram com o uso de suas imagens, conforme formalizado em vídeo antes das gravações.

## **DESCRIÇÃO DO PRODUTO**

O documentário intitulado “Realidade T: o mercado de trabalho para mulheres trans em Macapá” se dedica à narrativa das trajetórias de três mulheres transexuais, que falam sobre a dificuldade de acesso ao mercado de trabalho da cidade de Macapá. O produto possui duração de 26 minutos e 49 segundos e se empenha em trazer, com detalhes, os relatos das entrevistadas.

A escolha do tema para o projeto experimental foi motivada pela importância de promover a visibilidade das mulheres transexuais no contexto profissional, devido à falta de reconhecimento e à frequente exclusão delas nos ambientes corporativos.

A ideia começou a ser desenvolvida em março de 2023, durante uma atividade acadêmica realizada na disciplina Laboratório de Telejornalismo. Naquele momento, produzimos um programa de entrevistas focado na temática da transexualidade no mercado de trabalho. A partir dessa experiência, surgiu o interesse em aprofundar esse estudo.

O processo de gravações teve início em janeiro de 2024 e se estendeu até o mês de março do mesmo ano. Para a coleta de dados, foram essenciais a utilização de anotações, pesquisas em portais de notícia e de órgãos públicos locais e nacionais, além da utilização de registros em texto e áudio obtidos durante conversas com as fontes. Para a captura de imagens e entrevistas, foram utilizados um celular Redmi Note 11, um microfone de lapela e um tripé com suporte específico para celular.

Ao todo, são cinco entrevistadas, sendo três mulheres Trans, que são as personagens centrais do audiovisual, e duas fontes representantes do Centro de Acolhimento às Mulheres LGBTI. As gravações das entrevistas foram realizadas na Universidade Federal do Amapá e no Centro de Acolhimento para Mulheres Lésbicas, Bissexuais, Transexuais, Travestis e Intersexuais.

A primeira entrevista do projeto aconteceu em 8 de janeiro de 2024, cedida pela modelo e maquiadora, mulher transexual, Talita Brilhante. A entrevista com ela teve como objetivo principal a obtenção do relato pessoal da fonte no contexto do mercado de trabalho formal da cidade de Macapá.

A segunda entrevista foi realizada no dia 22 de fevereiro de 2024, com a vice-presidente do Conselho Estadual do seguimento LGBTQIAP+, mulher transexual, Eduarda Costa. A gravação discorreu sobre a narrativa pessoal da personagem no âmbito da empregabilidade de mulheres trans e travestis na capital amapaense.

No dia 27 de fevereiro de 2024, foi realizada a terceira etapa da gravação do projeto experimental. Nesta data, foram entrevistadas duas representantes do AMA LGBTI. A primeira entrevista foi conduzida com Simone de Jesus, diretora do centro, com o objetivo de compreender o processo de acesso de mulheres transexuais ao local, além de explorar a estrutura e os serviços oferecidos pelo AMA LGBTI. Posteriormente, no mesmo dia, foi realizada uma entrevista com a assistente social do Centro, Marcélia Lobato, que explicou detalhadamente sobre as condições em



que as mulheres transexuais e travestis chegam ao Centro e quais são as suas dificuldades em relação ao mercado de trabalho formal de Macapá.

Ademais, no dia 4 de março de 2024, foi conduzida a quinta entrevista com a modelo, mulher transexual, Wendy Estrela. Durante a gravação, Wendy compartilhou sua história partindo da visão de uma mulher trans em busca de oportunidades de trabalho, abordando a capacitação, o acesso e a permanência em empregos formais.

Após a finalização da etapa de captação das entrevistas, iniciamos a fase de decupagem e elaboração do roteiro, que foram conduzidas de forma simultânea. Esta parte do processo envolveu a transcrição das falas das participantes, além da idealização da organização das sonoras do documentário.

A edição aconteceu entre os meses de maio e outubro de 2024 e representou uma parte essencial na construção da narrativa apresentada. Durante este período, as entrevistas foram meticulosamente organizadas para integrar as narrativas pessoais e transmitir informações relevantes relacionadas à temática abordada. Além disso, durante esse processo foram criadas artes gráficas que intercalam entre as sonoras. Esses slides trazem informações importantes sobre leis e pesquisas que contribuem para a compreensão do universo que existe no entorno da comunidade trans brasileira.

No aplicativo de edição CapCut, os recursos utilizados na edição incluíram elementos de iluminação, como filtros para suavizar a imagem e a aplicação de vinhetas, que escurecem as bordas e destacam o centro do vídeo. As legendas foram inseridas durante as falas das entrevistadas, visando uma melhor compreensão do discurso. A narração foi apoiada por lettering, o que permitiu apresentar a mensagem de maneira mais leve e atrativa. Essas artes foram desenvolvidas na plataforma Canva, com recursos básicos de animação, como elementos gráficos e imagens de fundo remetendo a itens de papelaria.

Os ajustes sonoros realizados no produto incluíram a redução de ruído, com o objetivo de eliminar sons ambientes, uma vez que a maioria das filmagens ocorreu em locais abertos, e o isolamento vocal, que proporciona maior clareza e volume às falas. O enquadramento adotado em todas as entrevistas foi o plano médio, escolhido para enfatizar as expressões das personagens e contextualizar a ambientação. Esse tipo de enquadramento é frequentemente utilizado em entrevistas, justificando nossa escolha durante as gravações do documentário.

A escolha da música “Balada de Gisberta”, interpretada pela cantora Maria Bethânia, usada na abertura e na finalização do produto, foi pensada pela história que inspirou sua composição. De acordo com a Revista Poder<sup>5</sup> Gisberta, foi uma mulher transexual brasileira que se mudou para Portugal por medo da violência contra travestis no Brasil. Em 2006, ela foi brutalmente assassinada por um grupo de adolescentes na cidade de Porto, em Portugal, motivado por transfobia. Após sua trágica morte, ela surge como um símbolo na luta contra a transfobia. O crime encorajou a realização da primeira Marcha do Orgulho LGBT de Porto, ainda no ano de 2006. Sua morte também levantou discussões sobre a abordagem da imprensa com assuntos semelhantes. Na época, Gisberta foi descrita como “homem de seios” pelos jornais locais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste Trabalho de Conclusão de Curso, buscamos compreender o universo das mulheres transexuais e travestis por meio de um documentário que captura a essência da realidade dessa população. Durante o processo de produção, tivemos a oportunidade de ouvir histórias inspiradoras e de testemunhar as urgências que essas mulheres enfrentam em relação ao mercado de trabalho.

A narrativa dessas pessoas, através de seus relatos pessoais, evidencia a importância de incluir mulheres transexuais e travestis em espaços que lhes permitam reivindicar seus direitos, o que é crucial para a inclusão social de um grupo que historicamente tem sido marginalizado. Além disso, o projeto contribui para aumentar a conscientização sobre o respeito e a dignidade das mulheres trans e travestis.

Considerando que a responsabilidade do jornalista é garantir a disponibilização de informações precisas e abrangentes para a sociedade, é fundamental destacar que os profissionais da comunicação também possuem o compromisso de amplificar as vozes de grupos marginalizados. Esse papel é essencial para a promoção dos direitos humanos e da inclusão social.

Neste contexto, compartilhamos as histórias de três mulheres transexuais no município de Macapá, capital do Amapá, ressaltando a marginalização que

---

<sup>5</sup> Disponível em:

<https://revistapoder.uol.com.br/2024/06/28/balada-de-gisberta-a-historia-da-mulher-trans-que-inspirou-musica-de-bethania/>. Acesso em: 17 de jul. de 2024.

enfrentam no mercado de trabalho formal. Tal enfoque revela a precariedade em que a comunidade trans está inserida.

Ao final deste trabalho, ressaltamos a problemática investigada: Como mulheres transexuais e travestis têm acesso ao mercado de trabalho formal em Macapá? Nesse contexto, foi identificado que o acesso ao mercado de trabalho formal é, de fato, bastante limitado para esse grupo. Desse modo, foi possível observar que não existe acesso dessas mulheres ao mercado de trabalho formal de Macapá, uma vez que existe um preconceito enraizado na sociedade que estigmatiza essa comunidade e as impede de conquistar espaços por falta de oportunidade.

Além disso, podemos dizer que o objetivo geral, que era produzir um documentário para identificar os obstáculos enfrentados ao ingresso e permanência de mulheres transexuais e travestis no mercado de trabalho formal em Macapá, foi totalmente alcançado. Compreendemos, por meio do documentário, as dificuldades na busca e permanência por espaços no ambiente laboral. Observou-se que essas barreiras, de natureza local, frequentemente têm origem no contexto escolar, evidenciando os desafios que perpetuam a exclusão profissional desse grupo desde a juventude.

Em relação aos objetivos específicos, podemos dizer que eles também foram atingidos. O primeiro objetivo específico, que visava evidenciar as barreiras enfrentadas por mulheres transexuais e travestis no mercado de trabalho formal em Macapá, foi alcançado porque as entrevistas revelaram experiências diretas de discriminação e exclusão. O segundo objetivo, relacionado à identificação do acesso das mulheres transexuais e travestis ao mercado de trabalho de Macapá, também foi atendido, permitindo a compreensão das dificuldades de inserção e permanência por meio de estatísticas a respeito da comunidade trans no ambiente profissional e dos relatos das entrevistadas.

Por fim, a revisão bibliográfica sobre a transexualidade, o terceiro objetivo específico, foi esclarecedora e contribuiu para a compreensão das origens dos preconceitos contra essa comunidade, além de trazer à tona realidades enfrentadas por transexuais em outras partes do Brasil, cujos dados mostram semelhantes aos do estado do Amapá.

Durante a pesquisa, conhecemos o trabalho do Centro de Acolhimento para Mulheres Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais no Amapá, cuja descoberta

foi essencial para compreender as condições sociais enfrentadas pelas mulheres transexuais e travestis na capital amapaense. Além de seu papel crucial na promoção de uma sociedade mais inclusiva, o Centro se configura como um espaço de escuta e oferece atendimentos nas áreas de saúde e cidadania, respeitando as diversidades.

Uma das principais conclusões deste trabalho é a necessidade de um apoio adequado ao desenvolvimento educacional, que impacta diretamente a inserção no mercado de trabalho formal. Os altos índices de desistências entre alunas transexuais são alarmantes; uma das entrevistadas, por exemplo, não concluiu o ensino médio, evidenciando o impacto da transfobia na vida das mulheres trans e travestis. O acesso a cursos profissionalizantes gratuitos, apoio psicológico desde a adolescência, fase em que muitas se reconhecem como mulheres, e a oferta de oportunidades de emprego em ambientes éticos e respeitosos são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa.

Outra conclusão significativa, destacada no documentário, é a diferença nos tratamentos recebidos por essas mulheres em seus locais de trabalho e na escola, onde muitas vezes são tratadas com pronomes masculinos ou chamadas pelo nome de registro, mesmo após se declararem como mulheres transexuais. Por meio do documentário, buscamos humanizar esse tema e dar voz a mulheres trans que enfrentaram esses problemas durante a adolescência e que continuam a lutar contra o preconceito diariamente.

Trabalhar com a modalidade documentário foi fundamental para explorar a profundidade e complexidade do tema, pois possibilitou uma conexão emocional com o espectador. Mesmo com recursos tecnológicos limitados, procuramos transmitir a realidade do acesso ao mercado de trabalho para mulheres transexuais e travestis.

Esperamos que este projeto contribua para disseminar a importância da inclusão social de pessoas transexuais e travestis, além de aumentar a sensibilização sobre as barreiras discriminatórias que ainda persistem na sociedade, contribuindo para a desestigmatização dessa comunidade frequentemente associada a estereótipos negativos.

Em suma, o estudo da comunidade transexual é complexo e envolve diferentes cenários socioculturais. Acreditamos que, a partir deste projeto sobre a marginalização de mulheres transexuais e travestis no mercado de trabalho formal

de Macapá, podem surgir novas pesquisas. Abordar a saúde dessa população é uma possibilidade, considerando que uma parcela significativa desse grupo, segundo pesquisas, são profissionais do sexo ou enfrentam dificuldades para acessar condições básicas de vida devido à falta de emprego e educação. A vida familiar e os relacionamentos afetivos também podem ser tema de futuras pesquisas. Nesse sentido, acreditamos que este trabalho de conclusão de curso cumpriu com seu papel jornalístico, educativo e social, abrindo espaço para novas investigações.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Taxa de desemprego fica em 7,6% no trimestre encerrado em janeiro. Agência Brasil, 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-02/taxa-de-desemprego-fica-em-76-no-trimestre-encerrado-em-janeiro#:~:text=O%20n%C3%ADvel%20de%20de%20semprego%20ficou,mil%20pessoas>. Acesso em: 07 abr. 2024.

ALMEIDA, C. B. & VASCONCELLOS, V. A. (2018). **Transexuais: transpondo barreiras no mercado de trabalho em São Paulo?**. Revista Direito FGV, 14(2), 302-333. doi: 10.1590/2317-6172201814. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/HpFvXPZ8WRd63Gbz4CfSRQC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 abr. 2024.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ABGLT). **Pesquisa nacional sobre o ambiente educacional no Brasil 2016: experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais**. Relatório da Secretaria de Educação. Curitiba, PR, 2016. Disponível em: <https://www.grupodignidade.org.br/wp-content/uploads/2016/03/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2024.

AVELAR, Rezende Bruno de; RODRIGUES GONÇALVES, João Vitor; MENDES, Alex; QUEIROZ, Theles Amorim. **(Trans)gredindo preconceitos? : a escassez de travestis e transexuais no mundo do trabalho**. *Historiæ, [S. l.]*, v. 13, n. 1, p. 45–71, 2023. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/hist/article/view/12740>. Acesso em: 30 dez. 2024.

BENEVIDES, M. V. de M. **Democracia e direitos humanos – reflexões para os jovens**. In: ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares (org.) et al. **Direitos Humanos: capacitação de educadores**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008. Disponível em: [https://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/a\\_pdf/livro\\_dirhumanos\\_volume2.pdf](https://www.dhnet.org.br/dados/livros/edh/a_pdf/livro_dirhumanos_volume2.pdf). Acesso em: 26 fev. 2024.

BENEVIDES, B. G.; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2024.

BENEVIDES, B. G. **O que é identidade de gênero? Como isso impacta na vida das pessoas?**. Uol.com.br/Ecoa, 2021. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/11/17/o-que-e-identidade-de-gen-e-ro-como-isso-impacta-na-vida-das-pessoas.htm>. Acesso em: 26 fev. 2024.

BENTO, B. **Sexualidade e experiências trans: do hospital à alcova**. 2012. p. 2. Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Av. Salgado Filho S/N, Campus Universitário. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/g98sT5HwPzL8R6LdyqpxDwM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 abr. 2024.

BERGER, A. **Seeing is believing: an introduction to visual communication**. 2. ed. London & Toronto: Mayfield Publishing Company, 1999.

BLANCO, R. **Aprendendo na diversidade**: transcrição da Conferência *Aprendendo en la Diversidad*. III Congresso Ibero-Americano de Direitos Humanos, Foz do Iguaçu/PR, 2010. Disponível em:

[https://scholar.google.com/scholar\\_lookup?title=Aprendendo+na+diversidade&author=Blanco+R.&publication\\_year=2010](https://scholar.google.com/scholar_lookup?title=Aprendendo+na+diversidade&author=Blanco+R.&publication_year=2010). Acesso em: 20 ago. 2024.

BOBBIO, N. **Dicionário de Política**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 1995. Disponível em:

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2938561/mod\\_resource/content/1/BOBBIO O.%20Dicion%C3%A1rio%20de%20pol%C3%ADtica..pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2938561/mod_resource/content/1/BOBBIO.%20Dicion%C3%A1rio%20de%20pol%C3%ADtica..pdf). Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 26 fev. 2024.

BRASIL, Constituição Federal de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm#:~:text=Art.%206%C2%BA%20S%C3%A3o%20direitos%20sociais,desamparados%2C%20na%20forma%20desta%20Constitui%C3%A7%C3%A3o](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm#:~:text=Art.%206%C2%BA%20S%C3%A3o%20direitos%20sociais,desamparados%2C%20na%20forma%20desta%20Constitui%C3%A7%C3%A3o). Acesso em: 20 ago. 2024.

BRASIL, **DECRETO Nº 8.727, de 28 de abril de 2016**. Planalto.gov.br, 2016. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8727.htm). Acesso em: 20 abr. 2024.

BRASIL. **Trabalho decente**. Ministério do Trabalho e Emprego. Disponível em:

<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/servicos/trabalhador/mais-acoes/trabalho-decente>. Acesso em: 18 nov. 2024.

BUITONI, Dulcília H. Schroeder. **Documentário e jornalismo: produções antigas podem ser inovadoras**. Líbero, v. 11, n. 22, p. 93-100, 2008 Tradução. Disponível em: <https://www.eca.usp.br/acervo/producao-academica/001725843.pdf>. Acesso em: 30 dez. 2024.

CAGED. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**, 2024. Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalhodecente>. Acesso em: 31 out. 2024.

CÂNDIDO, L. B. **Medo e preconceito: experiências de transgêneros no contexto organizacional**. Em: **Anais do 4º Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais**, Porto Alegre, RS, Brasil, 2016. Disponível em:

<https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo/article/viewFile/61/53>. Acesso em: 14 abr. 2024.

CARVALHO, E. R. **“Eu quero viver de dia” – Uma análise da inserção das transgêneros no mercado de trabalho**. In: WOLFF, C. S.; FÁVERI, M.; RAMOS, T. R. O. (Presidência). **VII Seminário Fazendo Gênero**, Florianópolis, Brasil, ago. 2006. Disponível em:

[https://scholar.google.com.br/citations?view\\_op=view\\_citation&hl=pt-BR&user=03-WbzcAAAAJ&citation\\_for\\_view=03-WbzcAAAAJ:W7OEmFM1HYC](https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=03-WbzcAAAAJ&citation_for_view=03-WbzcAAAAJ:W7OEmFM1HYC). Acesso em: 20 ago. 2024.

COLLING, L. **Gênero e sexualidade na atualidade**. Salvador: UFBA/SED, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/30887/1/eBook%20-%20Genero%20e%20Sexualidade%20na%20Atualidade.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2023.

**Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Centro Regional de Informações das Nações Unidas, 2023. Disponível em: <https://unric.org/pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos/>. Acesso em: 04 dez. 2023.

**DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS**. 2024. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/aurelio-2/>. Acesso em: 28 ago. 2024.

**DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO (DJE)**. Provimento n. 73, de 28 de junho de 2018. Disponível em: <https://www.anoreg.org.br/site/provimento-no-73-do-cnj-regulamenta-a-alteracao-de-nome-e-sexo-no-registro-civil/>. Acesso em: 28 ago. 2024.

**DISTRIBUIÇÃO DE PESSOAS DESOCUPADAS POR IDADE, 2º TRIMESTRE 2024**. Portal IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=41004>. Acesso em: 17 out. 2024.

Federação Nacional dos Jornalistas. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. Disponível em: [https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo\\_de\\_etica\\_dos\\_jornalistas\\_brasileiros.pdf](https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf). Acesso em: 18 nov. 2024.

FURLANI, J. **Sexos, sexualidades e gêneros: monstruosidades no currículo da Educação Sexual**. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, n. 46, p. 278, dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/5nNjC3xKQxqKZMXVLFrdQdh/>. Acesso em: 28 nov. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007. Disponível em: <http://biblioteca.isctem.ac.mz/bitstream/123456789/734/1/%5BAntonio-Carlos-Gil%5D-Como-elaborar-projetos-de-pes%28z-lib.org%29.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2024.

GONÇALVES, J.V.R; TRUJILLO, R.A.S. **Da esquina ao escritório: uma análise da ausência de mulheres trans no mercado de trabalho formal em Goiás**. *Pensamento Americano*, v. 13, n. 26, pág. 41, 2020. Disponível em: <https://publicaciones.americana.edu.co/index.php/pensamientoamericano/article/view/419/1348>. Acesso em: 03 jan. 2024.

**Governador Clécio Luís institui o Centro de Acolhimento para lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis e intersexuais no Amapá**. Portal Governo do Amapá, 2024. Disponível em: <https://www.portal.ap.gov.br/noticia/2901/governador-clecio-luis-institui-o-centro-de-acolhimento-para-lesbicas-bissexuais-transexuais-travestis-e-intersexuais-no-amap>



a. Acesso em: 03 jan. 2024.

HERKENHOFF, J.B. **História dos Direitos Humanos no Mundo**. Gênese dos Direitos Humanos, v. 1. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/herkenhoff/livro1/dhmunido/index.html#7>. Acesso em: 13 out. 2024.

HINTZE, H. **Estudos Reunidos**. Vol. 82. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2020. Disponível em: [https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=nThDEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=+HINTZE,+H.+Estudos+Reunidos.+Vol.+82.+1.+ed.+Jundia%C3%AD:+Paco+Editorial,+2020.&ots=\\_JmpWSBUJP&sig=Oc-ByjVs\\_-YzI4WTocyU0oX4pP4#v=onepage&q&f=false](https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=nThDEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=+HINTZE,+H.+Estudos+Reunidos.+Vol.+82.+1.+ed.+Jundia%C3%AD:+Paco+Editorial,+2020.&ots=_JmpWSBUJP&sig=Oc-ByjVs_-YzI4WTocyU0oX4pP4#v=onepage&q&f=false). Acesso em: 13 out. 2024.

**História da OIT**. Organização Internacional do Trabalho, 2023. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/conheca-a-oit/hist%C3%B3ria/lang--pt/index.htm>. Acesso em: 20 jan. 2024.

**IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Portal IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 17 set. 2024.

JOBSON, G. A.; THERON, L.B.; KAGGWA, J.K.; KIM, He-Jin. **Transgender in Africa: Invisible, inaccessible, or ignored? SAHARA-J: Journal of Social Aspects of HIV/AIDS**, 2012. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/17290376.2012.743829?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em: 17 set. 2024.

KAFFER, K. K.; RAMOS, F. G.; ALVES, A. L.; TONON, L. **A transexualidade e o mercado formal de trabalho: principais dificuldades para a inserção profissional**. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais**. 2016. Disponível em: <https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo/article/view/52>. Acesso em: 16 set. 2024

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. de **Fundamento de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas S.A, 2003.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. de **Metodologia do trabalho científico**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

**LE DROIT au travail**. Observation générale n° 18/2005, Article 6 du Pacte international relatif aux droits économiques, sociaux et culturels. Disponível em: <https://www.right-to-education.org/fr/resource/comit-des-droits-conomiques-sociaux-et-culturels-observation-g-n-rale-no18-le-droit-au>. Acesso em: 25 fev. 2024.

LICCIARDI, N.; WAITMANN, G.; OLIVEIRA, M. H. M. **A discriminação de mulheres travestis e transexuais no mercado de trabalho**. *Revista Científica Hermes*, Osasco, v. 14, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4776/477647161011.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2024.

LOVATO, A. C.; DUTRA, M. C. **Direitos fundamentais e direitos humanos: Singularidades e diferenças**. 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4776/477647161011.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2024.

MARTINS, M.H; SILVA, M.A. de **Serviço Social e População Trans**. Conselho Regional de Serviço Social 17ª Região/Espírito Santo, Vitória, 2020. Disponível em: <http://www.cress-es.org.br/wpcontent/uploads/2020/06/Servi%C3%A7o-Social-e-popula%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 15 nov. 2023.

MELO, C.T. **O documentário jornalístico, gênero essencialmente autoral**. Trabalho apresentado no INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação, Campo Grande, set. 2001. Disponível em: <https://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/11572121297094948981203363898082664337.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023.

MESSETTI, P.A.S.; DALLARI, D.A. de. **Dignidade humana à luz da Constituição, dos Direitos Humanos e da bioética**. Disponível em: <file:///C:/Users/rozin/Downloads/oliveira,+08+PT+Human+dignity+in+the+light+of+the+Constitution+human+rights+and+Bioethics.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Transexualidade e travestilidade na saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa, Brasília, 2015. Disponível em: [https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/transexualidade\\_travestilidade\\_saude.pdf](https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/transexualidade_travestilidade_saude.pdf). Acesso em: 14 abr. 2024.

NASCIMENTO, L.C. do. **Transfeminismo**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021. Disponível em: <https://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/11572121297094948981203363898082664337.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2024.

NICHOLS, B. **Introdução ao documentário**/Bill Nichols, tradução Monica Saddy Martins-Campinas, SP: Papyrus, 2005. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/342569/mod\\_resource/content/1/Nichols%20-%20Que%20tipos%20de%20document%C3%A1rio%20existem%3F%20.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/342569/mod_resource/content/1/Nichols%20-%20Que%20tipos%20de%20document%C3%A1rio%20existem%3F%20.pdf). Acesso em: 07 dez. 2024.

NÚCLEO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA LGBT DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Projeto Trans: Travestilidades e Transexualidades**. 2015. Disponível em: [http://www.nuhufmg.com.br/gde\\_ufmg/index.php/projeto-trans](http://www.nuhufmg.com.br/gde_ufmg/index.php/projeto-trans). Acesso em: 25 fev. 2024.

O'HARA, C.; DISPENZA, F.; BRACK, G.; BLOOD, R, A.C. **The Preparedness of Counselors in Training to work with transgender clients: A mixed methods investigation**. *Journal of LGBT Issues in Counseling*, 2013. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/15538605.2013.812929>. Acesso em: 25 fev. 2024.

OLIVEIRA, J.M; NOGUEIRA, C. **Estudo sobre a discriminação em função da orientação sexual e identidade de gênero**. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Gênero, 2010. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/64341/2/16034.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2024.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Brasil reforça importância da inclusão social de homens e mulheres trans**. 2019. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/82275-onu-brasil-refor%C3%A7a-import%C3%A2ncia-da-i>

nclus%C3%A3o-social-de-homens-e-mulheres-trans. Acesso em: 04 abr. 2024.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, 1948**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declara%C3%A7%C3%A3o-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 25 fev. 2024.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. 2019. Disponível em: <https://unric.org/pt/o-que-sao-os-direitos-humanos/>. Acesso em: 19 abr. 2024.

PADRÃO, S.M; GUERREIRO, L.B. de. et al. **O Direito Humano à Alimentação Adequada: Um Direito Concreto e Universal Possível?** In: IV ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL, Rio de Janeiro, 2019. Anais Galoá, 2019. Disponível em: <https://proceedings.science/enpssan-2019/trabalhos/o-direito-humano-a-alimentacao-adequada-um-direito-concreto-e-universal-possivel?lang=pt-br>. Acesso em: 19 abr. 2024

PEDRA, C. B.; SOUZA, E. C.; RODRIGUES, R. V. A.; SILVA, T. S. A. **Políticas públicas para inserção social de travestis e transexuais: uma análise do programa “transcidadania”**. *Revista de Ciências do Estado*, v. 3, n. 1, p. 170-199, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revise/article/view/5091/3149>. Acesso em: 19 abr. 2024.

PEQUENO, M. **O fundamento dos Direitos Humanos**. In: ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; NÁDER, Alexandre Antonio Gili (Orgs.). **DIREITOS HUMANOS: capacitação de educadores**. João Pessoa: Editora Universitária, 2008. p. 22-28. Disponível em: <https://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wp-content/uploads/2017/04/EducandoEmDireitosHumanosV1.pdf#page=26>. Acesso em: 26 ago. 2024.

RABENHORST, E. R. **O que são Direitos Humanos**. In: ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra; NÁDER, Alexandre Antonio Gili (Orgs.). **DIREITOS HUMANOS: capacitação de educadores**. João Pessoa: Editora Universitária, 2008. p. 13-21. Disponível em: <https://www.cchla.ufpb.br/ncdh/wp-content/uploads/2017/04/EducandoEmDireitosHumanosV1.pdf#page=14>. Acesso em: 28 ago. 2024.

RODRIGO, C.; RODRIGO, C. **Nome social e a plena cidadania T**. *Boletim do Instituto de Saúde - BIS*, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 29–36, 2018. Disponível em: <https://periodicos.saude.sp.gov.br/bis/article/view/34589>. Acesso em: 26 ago. 2024. Disponível em: <https://periodicos.saude.sp.gov.br/bis/article/view/34589>. Acesso em: 30 ago. 2024.

RODRIGUES, J.; SIMANCAS, R. **Da esquina ao escritório: uma análise sobre a ausência de mulheres transexuais no mercado de trabalho formal em Goiás**. *Pensamiento Americano*, Goiás, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21803/penamer.13.26.419>. Acesso em: 19 abr. 2024.

ROJAS, V.P. **La discriminación en los procesos de selección de personal**. Ginebra: Oficina Internacional del Trabajo, 2006. Disponível em: <https://econpapers.repec.org/paper/iloilowps/993888023402676.htm>. Acesso em: 19 abr. 2024.

RONDAS, L. O.; MACHADO, L. R. S. (2015). **Inserção profissional de travestis**

**no mundo do trabalho: das estratégias pessoais às políticas de inclusão.**

Pesquisas e Práticas. Psicossociais, 10(1), 194-207. Disponível em: [http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista\\_ppp/article/view/Rondas%2C%20Machado/992](http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/Rondas%2C%20Machado/992). Acesso em 13 de out. 2024.

SILVA, B.T.P. **Evolução histórica dos direitos humanos.** *Portal da Educação*, 2019. Disponível em:

<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/direito/evolucao-historicados-direitos-humanos/72105>. Acesso em: 13 out. 2024.

SMARTLAB. **Observatório do Trabalho Decente nos Municípios Brasileiros**, 2024. Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalhodecente>. Acesso em: 17 out. 2024.

**STF autoriza pessoa trans a mudar nome mesmo sem cirurgia ou decisão judicial.** *Portal Consultor Jurídico*, 2018. Disponível em:

<https://www.conjur.com.br/2018-mar-01/stf-autoriza-trans-mudar-nome-cirurgia-ou-decisao-judicial/>. Acesso em: 26 ago. 2024.

STF equipara ofensas contra pessoas LGBTQIAPN+ a crime de injúria racial.

*Portal STF*, 2023. Disponível em:

<https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=512663&ori=1#:~:text=O%20Plen%C3%A1rio%20do%20Supremo%20Tribunal,ser%20enquadrados%20como%20inj%C3%BAria%20racial>. Acesso em: 20 abr. 2024.

**SOUZA, W.V.F; FELICIANO, C.A. Mapeamento dos crimes de ódio contra LGBTs: uma leitura socioespacial da violência entre os anos de 2017 e 2018.**

Revista Geografia em Atos (Geo Atos online), Dossiê “Gênero e sexualidade nas tramas geográficas: espaço e interseccionalidade”, v. 1, n. 16, p. 121-140, mar. 2020. Disponível em:

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/7283>. Acesso em: 19 abr. 2024.

TERRA.COM. 2% da população no Brasil é de pessoas trans ou não-binárias.

*Terra.com*, 2023. Disponível em:

[https://www.terra.com.br/nos/2-da-populacao-no-brasil-e-de-pessoas-trans-ou-nao-binarias,262398eccc6a104398afcbaa2ceacfd3jo6ivvwq.html?utm\\_source=clipboard](https://www.terra.com.br/nos/2-da-populacao-no-brasil-e-de-pessoas-trans-ou-nao-binarias,262398eccc6a104398afcbaa2ceacfd3jo6ivvwq.html?utm_source=clipboard). Acesso em: 19 abr. 2024.

THE NYC COMMISSION ON HUMAN RIGHTS. 2015. Disponível em:

[https://www.nyc.gov/assets/cchr/downloads/pdf/publications/GenderID\\_Card2015.pdf](https://www.nyc.gov/assets/cchr/downloads/pdf/publications/GenderID_Card2015.pdf). Acesso em: 22 ago. 2024.

TRANSEMPREGOS. **Relatório de Dados**, 2023. Disponível em:

<https://www.transempregos.com.br/dados2023>. Acesso em: 18 mai. 2024.

**TROQUE O PRECONCEITO POR INFORMAÇÃO: saiba mais sobre**

**sexualidades.** *Universidade Federal de Minas Gerais*, [s.d.]. Disponível em:

<https://www.ufmg.br/prae/acoes-afirmativas/identidades-de-genero/#:~:text=Cisg%C3%AAneros%20s%C3%A3o%20as%20pessoas%20que,cisg%C3%AAneros%20homossexuais%2C%20heterossexuais%20e%20bissexuais>. Acesso em: 14 abr. 2024.

**UM MUNDO MAIS INFORMADO É UM MUNDO MAIS JUSTO.** Transcendemos, 2023. Disponível em:

<https://transcendemos.com.br/transcendemosexplica/trans/#:~:text=Pensando%20n%20o%20significado%20etimol%C3%B3gico%20o,%20%20pessoas%20n%C3%A3o%20bin%C3%A1rias%20etc>. Acesso em: 19 abr. 2024.

VENÂNCIO, M.A; VIEIRA, G.D. **O alvorecer de uma nova esperança: a ascensão do império Persa e a libertação de Israel**. RHEMA – Revista de Filosofia e Teologia, v. 15, n. 48/49/50, p. 135-148, jan./dez. 2011. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/>. Acesso em: 24 abr. 2024.

VERAS, A. **As barreiras para as pessoas trans**. Pesquisa Fapesp, São Paulo, 17 ago. 2024. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/as-barreiras-para-as-pessoas-trans/>. Acesso em: 18 ago. 2024.

## APÊNDICE A - ROTEIRO DE PERGUNTAS

<b>PROJETO DE PESQUISA</b>
<b>Título: DOCUMENTÁRIO: REALIDADE T: O MERCADO DE TRABALHO PARA MULHERES TRANS EM MACAPÁ</b>
<b>Duração: 26 Minutos e 49 Segundos</b>
<b>Objetivos:</b> Realizar um documentário sobre a marginalização de mulheres transexuais e travestis no mercado de trabalho formal de Macapá, destacando como foi o contato das protagonistas na tentativa do ingresso a postos de trabalho. O documentário mostrará a realidade vivida por mulheres trans e travestis que buscam por melhores oportunidades na vida.
<b>Sinopse:</b> O documentário: Realidade T: o mercado de trabalho para mulheres trans em Macapá, tem como finalidade narrar as histórias de mulheres transexuais e seus desafios no acesso e permanência nos postos de trabalho. As personagens relatam suas dores e inseguranças no acesso ao ambiente profissional. Além disso, o filme apresenta o núcleo de acolhimento a mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais e intersexuais, oferecendo assistência social, psicológica e jurídica no estado do Amapá.
<b>Entrevistados (Ordem alfabética)</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>● <b>Eduarda Costa – Vice-presidente do segmento estadual LGBTQIAPN+</b></li> <li>● <b>Marcélia Lobato – Assistente Social do AMA-LBTI</b></li> <li>● <b>Simone de Jesus – Diretora do AMA-LBTI</b></li> <li>● <b>Talita Brilhante – Modelo e maquiadora</b></li> <li>● <b>Wendy Estrela – Modelo</b></li> </ul>
<b>Roteiro de perguntas:</b>
<b>PARA FONTES PERSONAGENS:</b>

- 1- Após se reconhecer como mulher transexual, como foi seu processo de transição?
- 2-Durante a escola você teve algum episódio de transfobia?
- 3-Iso influenciou no seu rendimento escolar?
- 4-Você está trabalhando agora?
- 5- Como se sentiu quando estava concorrendo a uma vaga sendo uma mulher transexual/travesti?
- 6-Como foi o processo para ingressar no atual trabalho?
- 7-Alguma vez já sofreu transfobia no ambiente de trabalho?
- 8-Por que você decidiu trabalhar por conta própria? (Caso seja autônoma)

**Roteiro de perguntas:**

**PARA FONTES OFICIAIS:**

- 1- Qual é a porcentagem de mulheres transexuais e travestis empregadas no mercado de trabalho formal?
- 2- Quais são os setores de atividade com maior representatividade de mulheres transexuais e travestis?
- 3- As mulheres transexuais e travestis sentem-se incluídas e respeitadas no ambiente de trabalho?
- 4- Quais são os tipos de discriminação mais comuns que mulheres transexuais e travestis enfrentam no trabalho?
- 5- Existem políticas de diversidade e inclusão que beneficiam especificamente mulheres transexuais e travestis?
- 6- Há oportunidades de avanço de carreira para mulheres transexuais e travestis em sua organização?

- **Existem programas de treinamento e desenvolvimento profissional direcionados ou acessíveis a mulheres transexuais e travestis?**
- **Qual o papel do AMA-LBTI para mulheres transexuais e travestis voltado ao mercado de trabalho formal?**

### APÊNDICE B - ROTEIRO DO DOCUMENTÁRIO

VÍDEO	ÁUDIO
<p>ABERTURA COM ANIMAÇÃO MOSTRANDO O NOME DO DOCUMENTÁRIO NA TELA</p> <p>FADE OUT</p> <p>TÉCNICA – Sonora 1</p> <p><b>Wendy Estrela</b></p> <p>ANIMAÇÃO INTRODUZINDO A TEMÁTICA.</p>	<p>SOBE SOM</p> <p>SOBE SOM DE FUNDO/TRILHA SONORA</p> <p>Meu nome é Wendy, e eu dei início a minha vida como Wendy aos 18 anos. Por incrível que pareça eu passei metade da minha idade pré-adolescente muito "incubada" digamos que ainda não tinha me expressado da forma que eu queria muito há muito tempo atrás</p> <p><b>OFF1:</b>Mulheres transexuais e travestis enfrentam desafios para conseguir emprego no mercado de trabalho em Macapá. Avanços foram conquistados com muito esforço, mas a realidade ainda é marcada pelo estigma e discriminação.</p>



<p>TÉCNICA – Sonora 2</p> <p><b>Talita Brilhante</b></p>  <p>FADE IN</p>  <p>ANIMAÇÃO COM INFORMAÇÕES DO ARTIGO 23 DA DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS</p>  <p>FADE OUT</p> <p>TÉCNICA– Sonora 3</p> <p><b>Eduarda Costa</b></p>	<p>Bom, Talita brilhante é uma jovem de 20 anos modelo, maquiadora, tem muitos sonhos. Quero crescer, quero ser valorizada no que eu faço e ser reconhecida pelo que eu faço.</p> <p>O período da transição foi bem complicado porque a gente sente um preconceito familiar, um preconceito da sociedade. Foi difícil e não foi ao mesmo tempo porque como foi no período da pandemia eu sou muito nova, meio que me isolei por conta que teve o isolamento da pandemia e não tive tanto contato. Então quando passou a pandemia eu já tinha transacionado, já era Talita.</p> <p><b>OFF2: O artigo 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos garante que todo ser humano tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego. Afinal, o trabalho é um direito humano. (Fonte: Unicef)</b></p> <p>A Eduarda é do município de Amapá, hoje tem 22 anos. Minha transição começou com 19 anos, e assim eu acredito que eu não passo por uma transição, acredito que nenhuma mulher trans ela se procura ou se acha, ela nasce, é uma coisa nossa e a gente busca isso dentro da gente. Quando a gente para pra se deparar que a gente não nasceu</p>
--	---

<p>FADE OUT</p> <p>ANIMAÇÃO COM INFORMAÇÕES SOBRE TRANSGÊNERO E TRANSEXUALIDADE</p> <p>FADE OUT</p> <p>TÉCNICA – Sonora 4</p> <p><b>Wendy Estrela</b></p>	<p>no corpo certo, a gente ali tem que passar por essa transformação de achar o melhor de ser o melhor que a gente pode ser, e enquanto mulher trans é uma luta muito grande porque não é do dia para noite a gente não acorda dizendo assim ai hoje eu vou ser uma mulher trans hoje eu vou mudar hoje é isso que eu quero ser.</p> <p><b>OFF 3: Transgênero se refere a pessoas que se identificam com um gênero diferente daquele com o qual nasceram. É um termo guarda-chuva que abrange todas as identidades que fogem da binaridade de gênero masculino e feminino.</b></p> <p><b>Transexuais são pessoas que não se identificam com o gênero atribuído ao nascimento. Uma mulher trans nasceu com o gênero masculino, mas em determinado momento se reconheceu como mulher.</b></p> <p><b>OFF3.1: O termo travesti é uma nomenclatura usada predominantemente na América Latina e está associado a questões políticas e sociais relacionadas aos estigmas enfrentados por mulheres trans. Ou seja, tanto a mulher trans quanto a travesti fazem parte do espectro feminino.</b></p> <p>O baque que eu sofro mesmo na sociedade é por me descobrir e por querer ser eu. Certo que muitos gays sofrem preconceito, mas ser uma pessoa trans se colocar em transformação é como se fosse minha ofensa para os preconceituosos é uma coisa, um</p>
---	--

<p>FADE OUT</p> <p>ANIMAÇÃO COM INFORMAÇÕES SOBRE ESCOLARIDADE DE PESSOAS TRANSEXUAIS</p> <p>FADE OUT</p> <p>TÉCNICA – Sonora 5</p> <p><b>Talita Brilhante</b></p>	<p>baque muito forte para eles e eles não suportam isso de alguma forma.</p> <p><b>OFF4:De acordo com dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), 82% das pessoas trans não concluíram o ensino médio no período considerado adequado, entre 14 e 18 anos. Isso significa que muitas delas não terminam o ensino básico e, na maioria dos casos, não possuem qualificações técnicas, o que aumenta as barreiras para o acesso ao emprego formal. (Fonte: ANTRA).</b></p> <p>(Você falou que não concluiu o ensino médio. Você acha que a transfobia meio que uniu isso? resultou nisso?)</p> <p>Sim, porque eu me sentia muito desconfortável na sala de aula, sentia que tinha uma certa diferença, porque os meus colegas de turma não queriam fazer trabalho comigo, como eu mudei de classe então as pessoas estavam me conhecendo ainda e eu sentia um certo tratamento diferenciado aí isso fez com que eu me afastasse da sala de aula. Eu ficava triste porque eu não tinha como fazer trabalhos em grupo, trabalhos avaliativos e às vezes me dava vontade de</p>
--	---

<p>FADE OUT</p> <p>TÉCNICA – Sonora 6</p> <p><b>Wendy Estrela</b></p> <p>FADE OUT</p>	<p>chorar na sala de aula porque é muito ruim ser excluída pelo que a gente é.</p> <p>Nessa vida eu já sofri bastante preconceito sim, com a situação do meu jeito de falar, de andar, de me expressar. Às vezes eu sou uma pessoa bem extrovertida, gosto de falar muito e isso pegou muito na escola quando eu ainda fazia o primeiro ano do ensino médio, eu ainda não era assumida como uma pessoa trans mas eu já tinha, já me arrumava do jeito e tal, e isso me pegou muito por conta que as pessoas me chamavam pelo meu nome morto e eu tentando incubar aquele nome morto de alguma forma mas eu não conseguia, o que me salvava era o meu sobrenome que a Estrela aí então eu usava mais Estrela como uma referência para mim, uma identidade.</p> <p>Na área de trabalho eu já tive algumas certas falas de algumas pessoas me chamando por pronomes masculinos, e eu fico meio que "tá errado isso!", por mais que eu esteja no feminino eles se recusavam às vezes de me chamar pelo feminino, e às vezes eu até encarava isso de boa ou às vezes eu fingia que não aconteceu nada ali e seguir a firme.</p>
---	--

<p>ANIMAÇÃO COM INFORMAÇÕES SOBRE DISCRIMINAÇÃO NO TRANALHO</p> <p>FADE OUT</p> <p>TÉCNICA- Sonora 7</p> <p><b>Talita Brilhante</b></p> <p>TÉCNICA-Sonora 8</p> <p><b>Wendy Estrela</b></p>	<p><b>OFF5: A discriminação no emprego pode se manifestar de diversas formas, tanto no setor público quanto no privado. Ela abrange todas as fases do processo de contratação, desde a procura de emprego e recrutamento até as entrevistas de seleção e as condições de trabalho durante a permanência no cargo.</b></p> <p>Nunca chegaram a me contratar, eu ir para uma entrevista de emprego. Eu tive uma experiência mas eu não cheguei a ser contratada, fiz o teste em uma loja mas eu não cheguei a ser contratada. (Mas porque não chegou a ser contratada? foi relacionada à transfobia?) Foi relacionada ao que eu sou, e ao que eu queria seguir e a pessoa que estava gerenciando a loja meio que dificultava o meu processo lá dentro, aí eu acabei não conseguindo passar no teste.</p> <p>Não foi fácil, porque aqui no estado a gente não tem muitas oportunidades, ainda mais nós que somos mulheres trans a gente tem uma certa dificuldade por conta do preconceito que ainda existe. A gente sabe como é as coisas, e a gente sente um tratamento diferente das outras funcionárias acaba sendo mais rígido para a gente.</p> <p>As pessoas não querem se sujar pela boca, sair pela boca é algo muito mais sujo então elas vão querer te julgar de certa forma pelo olhar, e vão falar que você é uma pessoa</p>
---	--

<p>TÉCNICA- Sonora 9</p> <p><b>Eduarda Costa</b></p>	<p>muito legal vão te aceitar e tudo mais, mas com olhar não nega.</p> <p>A minha convivência não foi uma luta tão grande por questão de ter pessoas que passaram por essa transição, pela convivência me ensinaram e me mostraram como poderia estar passando procurar ajuda inclusive os psicólogos, a gente se depara com essa população que a gente sabe que é uma população crítica e a gente vai encontrar pessoas de várias maneiras. E às vezes a gente para e poxa um simples olhar ele acaba julgando a nossa aparência ele acaba falando mais que mil palavras e acaba ali machucando de todas as formas.</p>
<p>TÉCNICA- Sonora 10</p> <p><b>Wendy Estrela</b></p>	<p>Será que eu tô me encaixando aqui nesse trabalho? será que isso é para mim? os olhares eles te fazem você se perguntar muito sobre você, por conta que é um julgamento. E você começa a se perguntar se você tá indo no caminho certo ou se você tá fazendo certo e geralmente isso vai te provocando reações em que você vai se moldando e isso pode ser um risco porque às vezes você pode estar muito no caminho certo mas por um julgamento de uma pessoa errada você pode literalmente sair do seu caminho certo e se perder, e você vai falar "se esse caminho que eu tava fazendo de tudo não tá certo eu acho que não sei o que é o certo", você vai ficar parada, sua vida vai parar, e seu profissionalismo ele vai ficar muito desandando, por conta que você vai</p>

<p>FADE OUT</p> <p>ANIMAÇÃO COM INFORMAÇÕES SOBRE O AMA LGBTI</p> <p>FADE OUT</p> <p>TÉCNICA-Sonora 11</p> <p><b>Simone de Jesus</b></p>	<p>estar em processo de fazer o quê?, sendo que você já tava fazendo você já tava sendo uma ótima profissional, um ótimo profissional.</p> <p><b>OFF 6: O governo do estado do Amapá criou o Núcleo de Acolhimento às Mulheres Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Intersexuais (AMA-LBTI), coordenado pela Secretaria de Políticas para Mulheres. O núcleo oferece assistência social, jurídica e psicológica a mulheres em situação de vulnerabilidade social e emocional.</b></p> <p>Queríamos um local que falasse das mulheres lésbicas, bissexuais, travestis transexuais, e a gente hoje a gente também segue essa questão intersexo. Então nessa luta de ativismo foi inserido dentro da Secretaria de Política para as Mulheres, o Núcleo AMA LGBTI, no dia da visibilidade trans nós tivemos nós conseguimos que o governador do Estado assinasse, hoje nós somos um Centro de Acolhimento às Mulheres LGBTI, nós trabalhamos com assistente social, jurídico, médico e psicólogos fazem atendimento aqui. Tem políticas também para fazer parcerias com órgãos do próprio governo, termos de cooperação e também parcerias que nós estamos buscando com outros órgãos.</p>
--	---

<p>TÉCNICA-Sonora 12</p> <p><b>Marcelia Lobato</b></p>	<p>Quando elas chegam até a gente, a gente dá o direcionamento à elas mas infelizmente elas não têm a mesma oportunidade que a gente gostaria que elas tivessem, quando eu falo de oportunidades eu digo na questão ao mercado de trabalho, por exemplo, elas não são inseridas no mercado de trabalho por não terem experiência, e por não ter experiência e por não ter às vezes até estudo elas acabam se prostituindo tendo que ir para rua para buscar o pão de cada dia delas. Então nosso papel aqui é trazer essas mulheres trans, lésbicas, bissexuais e intersexo para dentro do centro para que elas possam ter a visibilidade que elas precisam.</p>
<p>TÉCNICA-Sonora 13</p> <p><b>Talita Brilhante</b></p>	<p>É muito horrível a palavra que eu tenho para descrever, tu ser invalidado pelo que tu é, como se tu fosse um ser a parte da sociedade. A transfobia é algo muito, muito pesado para mim é algo que eu passo diariamente, ser invalidada, não ser reconhecida pelo que eu sou, isso me gera várias frustrações mas graças a Deus eu sei lidar com elas.</p>
<p>TÉCNICA-Sonora 14</p> <p><b>Wendy Estrela</b></p>	<p>(Tem um certo receio de querer entrar em um estabelecimento e ser rejeitada dali de qualquer forma, na cabeça deles nós vamos passar dos limites, vamos fazer certa coisa errada e dessa forma a gente fica com certo receio de que: será que vou ser tratada dessa forma? Não vou entrar porque vai que aconteça. Será que eu vou ser respeitada como eu sou? Como eu quero ser respeitada? E com base nisso eu acho que um "pé atrás" é bem certo de uma pessoa trans ao mercado</p>



<p>TÉCNICA-Sonora 15</p> <p><b>Simone de Jesus</b></p>	<p>de trabalho, por conta de insegurança. A pessoa tem muita insegurança e os maus olhados dizem muito sobre isso, por que você vai olhar, vai julgar a pessoa pelo olhar, e uma pessoa trans reconhece isso muito bem, qualquer tipo de pessoa que vai se sentir desconfortável com um olhar porque isso é uma característica de todo ser humano.</p> <p>Valores arcaicos e voltados para a questão religiosa interferem nesse acolhimento a essas pessoas e não respeitam. O que elas mais buscam é a questão de ser respeitadas, e hoje a gente sabe que tanto para as mulheres como para os outros é a questão da equidade que nós não temos, ter um espaço que acolha, faça todo esse acompanhamento e faça a sua inserção no mercado de trabalho. Mas também que elas não sofram preconceitos, discriminações dentro desse espaço, que não estamos trabalhando capacitações aqui, inclusive dentro da própria secretaria política para as mulheres é onde começa, não adianta a gente só colocar no mercado de trabalho que parece a escola. A escola elas não conseguem terminar e no trabalho se elas sofrerem muito elas não vão conseguir acompanhar também.</p>
<p>TÉCNICA-Sonora 16</p> <p><b>Talita Brilhante</b></p>	<p>Olha, ainda acho bem difícil a gente ver uma mulher trans trabalhando em lojas, em cargos mais altos, é sempre em salões como maquiadora, graças a Deus tem o mercado da moda que abre portas para gente e que nos proporciona uma vida melhor digamos assim.</p>

<p>TÉCNICA-Sonora 17</p> <p><b>Eduarda Costa</b></p>	<p>A área de trabalho para mulheres trans é muito reprimida, tem esse retrocesso de muitos poderes públicos. A gente tem realmente que falar, tem que se sentir empoderada mulher, tem que chegar onde tem que chegar e ocupar espaço que ela quer enquanto mulher trans, só que não é assim, a realidade nosso poder público, a realidade é uma empresa privada é difícil Principalmente quando você fala que você é trans, quando você fala que é da comunidade LGBT, que você é gay, ainda há esse retrocesso das empresas de contratar.</p>
<p>TÉCNICA-Sonora 18</p> <p><b>Marcelia Lobato</b></p> <p>FADE OUT</p>	<p>O preconceito é uma das coisas que prejudicam elas porque, quando elas chegam, elas notam isso e eu falo de relatos delas mesmas com a gente, é notável que elas não são para eles mulheres, que para gente a mulher igual a todo mundo. Mas para eles não, então isso é um impasse, o preconceito é algo que destroi a vida delas. E para elas onde vão encontrar emprego? na pista, na rua se prostituindo, porque elas precisam sobreviver. A maioria mora de aluguel, porque que mora de aluguel? porque não têm apoio dos pais, muitas não têm apoio dos pais.</p>

<p>ANIMAÇÃO COM INFORMAÇÕES SOBRE A POPULAÇÃO TRANS NA PROSTITUIÇÃO</p> <p>FADE OUT</p> <p>TÉCNICA-Sonora 19</p> <p><b>Talita Brilhante</b></p> <p>TÉCNICA-Sonora 20</p> <p><b>Wendy Estrela</b></p>	<p><b>OFF7: De acordo com a pesquisa sobre profissionais do sexo divulgada pela (ANTRA, 2020), aproximadamente 90% da população transexual brasileira tem como principal fonte de renda a prostituição. Fonte: ANTRA</b></p> <p>A gente é muito ligada essa imagem suja de que mulheres trans são ladras, são ligadas à prostituição é automático. Tanto é que eu já passei por isso. Graças a Deus eu sou uma mulher trans privilegiada, vamos dizer assim, por eu ter uma estabilidade familiar, por eu ter aceitação da minha mãe, dos meus familiares. Só que mesmo assim ainda chegam pessoas quando sabem que sou uma mulher trans e perguntam: você faz programa? Quanto é? Vende conteúdo?, essas coisas, porque é ligada a nós, a nossa sociedade T (Então isso te incomoda quando perguntam?) Sim, incomoda muito porque não são todas, e a gente não faz porque quer, é por necessidade. E aí generaliza toda a sociedade trans à essa profissão que é muito banalizada.</p> <p>Às vezes não é sobre o profissionalismo mas sobre os tabus que não foram quebrados mesmo, por conta de que você tem que se comportar de certa forma ou você não é chamada porque você é uma minoria, você não se encaixa porque você não é totalmente</p>
--	--

<p>TÉCNICA-Sonora 21</p> <p><b>Talita Brilhante</b></p>	<p>mulher, você não é totalmente homem para eles. Então você fica meio que em cima do muro, sem muito nem para lá nem muito para cá, e para uma pessoa cis não, já é mais bem resolvido, às vezes a pessoa não é profissional, não é bem capacitada mas só por ser uma pessoa cis já tem uma consideração ali muito grande em competição com uma pessoa trans.</p> <p>Muitas mulheres trans ficam sem opção e o uso dos seus corpos é um meio de saída, porque ficam desesperadas, a não sabem mais ao que recorrer por conta que se você não tem dinheiro você não tem comida, e isso é uma evidência, é um fato que você não vai ficar parada, você é um ser humano você não vai ficar passando fome plena, você vai querer correr atrás de alguma coisa, então isso faz com que o desespero tome a pessoa e elas recorram à algo mais que seja mais eficaz naquele momento para ela, sem dúvidas.</p> <p>A gente tem sempre que explicar né, e às vezes as pessoas não têm uma boa reação, elas já ficam com o "pé atrás" justamente porque a gente é ligada à marginalização. Normalmente elas ficam meio chocadas, por eu não aparentar ser uma mulher trans, isso me gera benefícios, mas a partir do momento que sabem aí vem os malefícios, então as pessoas normalmente custam a acreditar, aí vem toda a questão do preconceito de mudar de ideia, vem com outra história de que precisam pensar mais um pouco.</p>
---	---

<p>FADE OUT</p> <p>ANIMAÇÃO COM INFORMAÇÕES SOBRE O MERCADO DE TRABALHO PARA MULHERES TRANS E TRAVESTIS</p> <p>FADE OUT</p> <p>TÉCNICA-Sonora 22</p> <p><b>Wendy Estrela</b></p>	<p><b>OFF 8: Conforme dados do segundo trimestre de 2024 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil possui uma taxa de 7,5 milhões de desempregados. (Fonte: IBGE)</b></p> <p><b>Em média, 50,8% das mulheres trans e travestis complementam sua renda como cabeleireiras, enquanto 49,2% ocupam posições com pouca valorização e crescimento, como cozinheiras e empregadas domésticas, com baixa representatividade e escassas oportunidades de liderança.</b></p> <p>Eu acho muito na média, na média para pouco a oportunidade ainda tá sendo muito pouca para as mulheres TRANS e a gente tem que colocar de alguma forma, encontrar mais mulheres trans para essas oportunidades de emprego aqui no Amapá. Eu inclusive tô desempregada no momento, ainda não consegui emprego e é por conta de oportunidades. Eu fiz um estágio, acabou meu tempo de estágio, foi legal, porém é dificultoso alguém encontrar emprego, é uma falta de emprego aqui no estado muito grande por isso às vezes a cara tá muito mais uma pessoa trans.</p>
--	--

<p>TÉCNICA-Sonora 23</p> <p><b>Simone de Jesus</b></p> <p>FADE OUT</p> <p>ANIMAÇÃO COM INFORMAÇÕES SOBRE O NOME SOCIAL</p> <p>FADE OUT</p> <p>TÉCNICA-Sonora 24</p> <p><b>Marcelia Lobato</b></p>	<p>O ifap ele já está entrando em parceria com a gente na questão da capacitação para inserção no mercado de trabalho das mulheres TRANS e travestis, desde o ano passado a gente tá fazendo essa parceria, o tribunal de Justiça também, tem várias ações de capacitação e inserção no mercado de trabalho, ajuda a assistencial então a gente faz uma rede de atendimento para essas mulheres.</p> <p><b>OFF9: Em 28 de abril de 2016, o Decreto nº 8.727 assegurou o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas transgêneras que desejam substituir o nome de nascimento.</b></p> <p>A gente encaminha para onde tem que caminhar, às vezes não tem documentação, encaminha para tirar as documentações que são necessárias, encaminha para os programas federais, que existem dentro do Estado que é o renda para viver melhor, o bolsa quando precisam também, que algumas tem e outras. Ao tem. Elas têm esse impasse de quando chegar lá porque quando chega às vezes nesses programas para fazer esse atendimento com elas existe um diferencial também, que a gente acaba tendo que junto com elas, porque elas voltam</p>
---	---

<p>TÉCNICA-Sonora 25</p> <p><b>Wendy Estrela</b></p> <p>FADE OUT</p> <p>ANIMAÇÃO COM INFORMAÇÕES SOBRE O PROJETO TRANSEMPREGO</p>	<p>muitas vezes porque eles não atendem da maneira que tem que atender, um exemplo, se ela vai com uma identidade que ela ainda tá com nome morto, eles não fazem atendimento correto porque lá eles fazem a inscrição porque não dão segmento, segundo relato delas por que "ela é homem" no entendimento deles é homem, então qual é o primeiro passo? É encaminhar para que ela tire a nova identidade com o nome social dela, e assim fazer as retificações dos documentos do nome e a gente dá os segmentos que tem que dar. Mas nem todas as mulheres têm essa oportunidade, são pouquíssimas para elas no mercado de trabalho, você não vai ao centro e encontra mulher trans, dificilmente você encontra, se encontra é uma ou duas e isso se você rodar a cidade. Você não encontra tantas mulheres trans como a gente gostaria que tivesse e com a experiência que elas têm.</p> <p>E de certa forma para as pessoas trans com certeza o emprego é uma oportunidade de saída, o emprego é uma cidadania para todas as pessoas sendo lgbs ou não, é uma cidadania e uma garantia de cultura de lazer e de boa vida para todos sem dúvidas</p> <p><b>OFF10: A TransEmprego é uma iniciativa nacional criada em 2013 por um grupo de mulheres transexuais e travestis com o objetivo de promover a empregabilidade de pessoas trans no Brasil. O projeto oferece cursos de qualificação para candidatas e para empresas cadastradas no sistema.</b></p>
---	--

<p>FADE OUT</p> <p>TÉCNICA-Sonora 27</p> <p><b>Wendy Estrela</b></p> <p>TÉCNICA-Sonora 26</p> <p><b>Talita Brilhante</b></p> <p>FADE OUT</p> <p>CRÉDITOS</p>	<p>Atualmente, no estado do Amapá, não há empresas cadastradas no sistema. Segundo dados de 2023, apenas 0,15% das usuárias estão registradas. Nenhuma empresa se cadastrou no programa, enquanto 37 usuárias aguardam uma oportunidade de emprego formal, mas não há vagas disponíveis. (Fonte: TransEmprego)</p> <p>Eu sou a Wendy, eu mereço ser bem tratada, ter mais oportunidades, eu mereço ter um emprego.</p> <p>Espero que abram mais porta para as pessoas como a gente, cursos profissionalizantes que é o que a gente precisa para ingressar no mercado de trabalho. Melhores profissionais dentro das salas de aula, para que façam com que a gente não desista de estudar, de conseguir entrar em uma faculdade e conseguir melhores empregos para que a gente possa sair das ruas.</p> <p>SOBE SOM</p> <p>FADE OUT</p>
--	--